

**Plano Municipal de Gerenciamento  
Integrado de Resíduos Sólidos  
PMGIRS**

**Município de União do Oeste – SC**



Junho de 2013

**PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS  
SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**

**EQUIPE TÉCNICA**

---

Carla Canton Sandrin  
Engenheira Sanitarista e Ambiental  
CREA 102716-8

---

Jackson Casali  
Engenheiro Químico  
CREA 103913-5

---

Manuela Gazzoni dos Passos  
Bióloga  
CRBio 45099-03

---

Rejane Carpenedo  
Engenheira Ambiental  
CREA 76826-5

---

Robison Fumagalli Lima  
Engenheiro Florestal  
CREA 061352-8

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO CADASTRAL</b>	<b>10</b>
<b>2. ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS</b>	<b>10</b>
<b>3. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>4. METODOLOGIA</b>	<b>12</b>
<b>5. ASPECTOS LEGAIS</b>	<b>13</b>
<b>6. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	<b>17</b>
<b>6.1. Aspectos Físicos</b>	<b>18</b>
<b>6.1.1. Clima</b>	<b>18</b>
<b>6.1.2. Geologia Local</b>	<b>18</b>
<b>6.1.3. Geomorfologia e Relevo</b>	<b>19</b>
<b>6.1.4. Hidrografia e Hidrogeologia</b>	<b>21</b>
<b>6.2. Aspectos Bióticos</b>	<b>23</b>
<b>6.2.1. Vegetação</b>	<b>23</b>
<b>6.3. Aspectos Socioeconômicos</b>	<b>25</b>
<b>6.3.1. Ocupação e Formação Histórica</b>	<b>25</b>
<b>6.3.2. Demografia e Evolução da População</b>	<b>25</b>
<b>6.3.3. População Rural e Urbana</b>	<b>26</b>
<b>6.3.4. Taxas de Crescimento Populacional</b>	<b>26</b>
<b>6.3.5. Ocupação Urbana e Densidade Demográfica</b>	<b>28</b>
<b>6.3.6. Atividades Econômicas</b>	<b>28</b>
<b>6.3.7. Agropecuária</b>	<b>29</b>

<b>6.3.8. Indústria</b>	<b>31</b>
<b>6.3.9. Comércio e Serviços</b>	<b>31</b>
<b>6.3.10. Saúde</b>	<b>32</b>
<b>6.3.11. Vigilância de Doenças</b>	<b>32</b>
<b>6.3.12. Dados Epidemiológicos</b>	<b>33</b>
<b>6.3.13. Educação</b>	<b>34</b>
<b>6.3.14. Organizações da sociedade civil</b>	<b>36</b>
<b>6.3.15. Educação Ambiental</b>	<b>38</b>
<b>6.3.16. Saneamento</b>	<b>38</b>
<b>6.3.17. Planos, Programas e Projetos Existentes para a Região</b>	<b>39</b>
<b>7. RESÍDUOS SÓLIDOS - CONSIDERAÇÕES GERAIS</b>	<b>40</b>
<b>7.1. Aspectos Legais</b>	<b>46</b>
<b>7.2. Diagnóstico da Situação Atual – Gestão de Resíduos no município</b>	<b>48</b>
<b>7.2.1. Limpeza Urbana</b>	<b>49</b>
<b>7.2.2. Coleta Convencional</b>	<b>50</b>
<b>7.2.3. Acondicionamento dos Resíduos Domésticos</b>	<b>51</b>
<b>7.2.4. Coleta e Transporte de Resíduos Domésticos</b>	<b>52</b>
<b>7.2.5. Tratamento e Disposição Final dos Resíduos</b>	<b>53</b>
<b>7.2.6. Coleta Seletiva</b>	<b>59</b>
<b>7.2.7. Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)</b>	<b>60</b>
<b>7.2.8. Resíduos Sólidos da Construção Civil</b>	<b>61</b>
<b>7.2.9. Resíduos Sólidos Perigosos</b>	<b>61</b>

<b>7.3. Caracterização Qualitativa e Quantitativa dos Resíduos Domésticos no município</b>	<b>62</b>
<b>7.4. Análise Crítica dos Sistemas de Manejo dos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana Existentes</b>	<b>65</b>
<b>7.5. Avaliação da Interação, Complementaridade ou Compartilhamento dos Serviços com os Serviços dos Municípios Vizinhos</b>	<b>67</b>
<b>8. PROPOSIÇÕES</b>	<b>70</b>
<b>8.1. Ações Para o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos</b>	<b>70</b>
<b>8.1.1. Resíduos Domésticos</b>	<b>71</b>
<b>8.1.2. Resíduos Recicláveis</b>	<b>73</b>
<b>8.1.2.1. Associações e cooperativas</b>	<b>75</b>
<b>8.1.3. Resíduos de Serviços de Saúde</b>	<b>76</b>
<b>8.1.4. Ações para o gerenciamento Resíduos Industriais</b>	<b>79</b>
<b>8.1.5. Pilhas e Baterias</b>	<b>80</b>
<b>8.1.5.1. Armazenamento</b>	<b>81</b>
<b>8.1.6. Lâmpadas Fluorescentes</b>	<b>83</b>
<b>8.1.7. Óleos e Graxas</b>	<b>86</b>
<b>8.1.8. Pneus</b>	<b>87</b>
<b>8.1.9. Óleo de Cozinha</b>	<b>88</b>
<b>8.1.10. Embalagens Agrotóxicos</b>	<b>88</b>
<b>8.1.11. Resíduos da Construção Civil</b>	<b>90</b>
<b>9. PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>97</b>
<b>9.1. Introdução</b>	<b>97</b>
<b>9.2. Gestão de Resíduos Sólidos</b>	<b>99</b>

<b>9.2.1. Histórico</b>	<b>99</b>
<b>9.3. Conceito de Resíduos Sólidos</b>	<b>100</b>
<b>9.4. Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos</b>	<b>103</b>
<b>9.5. Reciclagem</b>	<b>105</b>
<b>9.6. Conceito de Reciclagem</b>	<b>107</b>
<b>9.7. Objetivos do Plano de Educação Ambiental</b>	<b>109</b>
<b>9.7.1. Geral</b>	<b>109</b>
<b>9.7.2. Específicos</b>	<b>109</b>
<b>9.8. Metodologia Para a Implantação do Plano</b>	<b>110</b>
<b>9.8.1. Atividades de Educação Ambiental na Comunidade</b>	<b>110</b>
<b>9.8.2. Projeto nas Escolas</b>	<b>111</b>
<b>9.8.3. Monitores Ambientais</b>	<b>111</b>
<b>9.8.4. Educação Ambiental nos Agentes de Comunicação</b>	<b>112</b>
<b>9.8.5. Educação Ambiental em Órgãos Públicos</b>	<b>112</b>
<b>9.8.6. Educação Ambiental nas Entidades Privadas</b>	<b>113</b>
<b>9.9. Equipe de Profissionais e Voluntários</b>	<b>113</b>
<b>10. MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	<b>114</b>
<b>11. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>117</b>
<b>12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>118</b>
<b>13. ANEXO</b>	<b>121</b>

## LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1: Localização do município no Estado de Santa Catarina</i>	17
<i>Figura 2: Relevo de Santa Catarina</i>	20
<i>Figura 3: Região Hidrográfica do Uruguai</i>	21
<i>Figura 4: Regiões Hidrográficas de Santa Catarina.</i>	22
<i>Figura 5: Mapa da Vegetação de Santa Catarina.</i>	24
<i>Figura 6: Gráfico da Evolução da população de União do Oeste.</i>	26
<i>Figura 7: Contentores na área urbana do município</i>	52
<i>Figura 8: Centro de triagem da empresa Continental</i>	53
<i>Figura 9: Centro de triagem da empresa Continental</i>	54
<i>Figura 10: Centro de triagem da empresa Continental</i>	54
<i>Figura 11: Aterro Sanitário da Empresa Continental em Xanxerê– SC.</i>	56
<i>Figura 12: Aterro Sanitário da Empresa Continental- Sistema de Drenagem.</i>	56
<i>Figura 13: Aterro Sanitário da Empresa Continental- Sistema de Tratamento de líquidos e percolados.</i>	57
<i>Figura 14: Aterro Sanitário da Empresa Continental – Disposição Final</i>	58
<i>Figura 15: Aterro Sanitário da Empresa Continental – Disposição Final</i>	58
<i>Figura 16: Aterro Sanitário da Empresa Continental – Disposição Final</i>	59
<i>Figura 17: Veículo especialmente preparado e sinalizado para coleta de RSS.</i>	60
<i>Figura 18: Gráfico com a caracterização dos Resíduos</i>	63
<i>Figura 19: Fluxograma de um Sistema de Coleta/Transporte de RSU</i>	71
<i>Figura 20: Processo de Reciclagem</i>	106

## LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1: Normas Técnicas e Legais</i>	13
<i>Quadro 2: Taxa geométrica de crescimento anual da população total</i>	27
<i>Quadro 3: Estimativa de crescimento populacional</i>	27
<i>Quadro 4: Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica</i>	28
<i>Quadro 5: Pecuária no Município de União do Oeste</i>	29
<i>Quadro 6: Lavoura Permanente no Município de União do Oeste</i>	29
<i>Quadro 7: Lavoura Temporária no Município de União do Oeste</i>	30
<i>Quadro 8: Extração Vegetal e Silvicultura no Município de União do Oeste</i>	30
<i>Quadro 9: Número de escolas, matrículas e docentes no município de acordo com o nível de ensino e a unidade educacional.</i>	35
<i>Quadro 10: Taxa de analfabetismo por faixa etária</i>	36
<i>Quadro 11: Critérios de resíduos quanto à fonte</i>	41
<i>Quadro 13: Exemplos de cada categoria de resíduos sólidos urbanos (continuação)</i>	45
<i>Quadro 14: Quadro de responsabilidades no manejo de resíduos urbanos.</i>	46
<i>Quadro 15: Quadro indicativo de funcionários de limpeza urbana.</i>	50
<i>Quadro 16: Lacunas nos serviços de gerenciamento de resíduos</i>	66
<i>Quadro 17: Estimativa de volume de resíduos e custos financeiros reais e atuais dos municípios estudados</i>	68
<i>Quadro 18: Estimativa de volume para coleta convencional na zona urbana.</i>	72
<i>Quadro 19: Sugestões de pontos de coleta de pilhas e baterias na área urbana</i>	80
<i>Quadro 20: Resumo das formas de armazenamento de pilhas e baterias</i>	82
<i>Quadro 21: Resumo sobre lâmpadas fluorescentes</i>	83



**Quadro 22: Resumo sobre óleos e graxas \_\_\_\_\_ 86**

**Quadro 23: Resumo das ações para o gerenciamento dos resíduos sólidos \_\_\_\_\_ 95**

## 1. IDENTIFICAÇÃO CADASTRAL

**RAZÃO SOCIAL:** Prefeitura Municipal de União do Oeste  
**CNPJ:** 78.505.591/0001-46  
**ENDEREÇO:** Av. São Luiz, 531 - Centro.  
**MUNICÍPIO:** União do Oeste  
**FONE/FAX:** (49) 3348 1202  
**E-MAIL:** administracao@uniaodooeste.sc.gov.br  
**REPRESENTANTE LEGAL:** Prefeito Municipal

## 2. ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

**Responsável:** Cerne Ambiental Ltda - ME  
**CNPJ:** 05.658.924.0001/01  
**Endereço:** Av. Nereu Ramos 75D, Sala 1035A, Centro  
**Município/UF:** Chapecó - SC  
**Fone/fax:** (49) 3329 3419  
**E-mail:** cerneambiental@gmail.com  
**Home Page** [www.cerneambiental.com](http://www.cerneambiental.com)

### Equipe Técnica

Carla Canton Sandrin – Engenheira Sanitarista e Ambiental – CREA 102716-8

Jackson Casali - Engenheiro Químico – CREA 103913-5

Manuela Gazzoni dos Passos – Bióloga – CRBio 45099-03

Rejane Carpenedo – Engenheira Ambiental – CREA 76826-5

Robison Fumagalli Lima – Engenheiro Florestal – CREA 061352-8

### **3. INTRODUÇÃO**

A questão a cerca dos resíduos sólidos urbanos, juntamente com os demais setores do saneamento básico apresenta-se como determinante para sustentabilidade, tendo em vista a possibilidade de contaminação e poluição que os mesmos oferecem considerando o volume e as tipologias geradas nas diversas atividades humanas, questão que se agrava cada vez mais pelo crescimento populacional e pelo incremento da produção de resíduos ocasionado pelas modificações nos padrões de consumo.

Os resíduos sólidos urbanos são de responsabilidade do poder público municipal, incluindo, de forma genérica, os resíduos domésticos, resíduos com características domésticas gerados em estabelecimentos comerciais e resíduos provenientes de limpeza urbana como podas, capinas e varrições. Os resíduos gerados em atividades econômicas, principalmente os que apresentam algum tipo de periculosidade são de responsabilidade dos geradores.

Grande parte dos municípios brasileiros apresentam ações voltadas para a coleta dos resíduos, no entanto, não atendem às necessidades no que se refere ao tratamento e destinação final adequado. Como consequência, no ano de 2010 foi aprovada a Lei Federal 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o objetivo de ordenar todas as etapas do gerenciamento de resíduos e garantir o tratamento e destinação final adequados, promovendo a melhoria nas condições sanitárias e ambientais das cidades.

O presente documento que constitui no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PMGIRS do município de União do Oeste foi elaborado de acordo com o que determina a Lei Federal 12.305/2010, que “Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos” e demais normas ligadas ao assunto.

#### **4. METODOLOGIA**

O desenvolvimento dos trabalhos para a elaboração deste Plano desenvolveu-se em cinco etapas, as quais serão descritas a seguir.

**Etapa 1:**

Análise de dados secundários fornecidos pelo município existentes no Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, contrato de prestação de serviços para coleta de resíduos sólidos, dados do IBGE e demais fontes disponíveis na rede mundial de computadores.

**Etapa 2:**

Montagem e aplicação de questionário para ser utilizado na coleta de dados primários sobre a situação dos resíduos no município.

**Etapa 3:**

Tabulação dos dados primários e secundários sendo possível fazer o diagnóstico da situação atual dos resíduos gerados no município.

**Etapa 4:**

Proposição e discussão de ações junto à prefeitura municipal para possibilitar o correto gerenciamento e destinação dos resíduos sólidos do município.

**Etapa 5:**

Formatação final do Plano baseado nas proposições e discussões das ações.

Cabe salientar que o PMGIRS é um planejamento que deve ser dinâmico, devendo ser revisado e alterado sempre que houver a necessidade, e obrigatoriamente de forma concomitante com a elaboração dos planos plurianuais municipais.

## 5. ASPECTOS LEGAIS

Este Plano foi elaborado segundo as normas técnicas e legais abaixo descritas.

**Quadro 1:** Normas Técnicas e Legais

Requisito Legal	Descrição
Portaria MINTER nº 53, de 01 de março de 1979	Cria as normas para acumulação do lixo.
Portaria MINTER nº 53, de 01 de março de 1979	Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos. Abster-se de destinar restos alimentares “ <i>in natura</i> ” para agricultura ou alimentação de animais.
NBR nº 12.235, de 01 de abril de 1992	Fixa as condições exigíveis para o armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente.
NBR nº 12.810, de 01 de janeiro de 1993	Fixa procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança.
NBR nº 13.853, de 01 de maio de 1997	Coletores para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes – Requisitos e métodos de ensaio.
Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Lei Federal nº 11.376, de 18 de abril de 2000	Estabelece a obrigatoriedade da adoção de plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.

Continua..

**Quadro 1:** Normas Técnicas e Legais (continuação)

Requisito Legal	Descrição
Lei nº 11.347, de 17 de janeiro de 2000	Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona.
Resolução CONAMA nº 275 de 2 de abril de 2001	Estabelecer o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.
Decreto Federal nº 4.281 de 25 de junho de 2002	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Lei Estadual nº 12.375, de 16 de julho de 2002	Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de pneus descartáveis.
Decreto Estadual nº 6.215, de 27 de dezembro de 2002	Regulamenta a Lei nº 12.375, de 16 de julho de 2002, que dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de pneus descartáveis.
Lei nº 12.863, de 12 de janeiro de 2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade do recolhimento de pilhas, baterias de telefones celulares, pequenas baterias alcalinas e congêneres, quando não mais aptas ao uso.

Continua...

**Quadro 1:** Normas Técnicas e Legais (continuação)

<b>Requisito Legal</b>	<b>Descrição</b>
Decreto Estadual nº 4.242, de 18 de abril de 2006	Regulamenta a Lei nº 13.549, de 11 de novembro de 2005, que dispõe sobre a coleta, armazenagem e destino final das embalagens flexíveis de rafia.
Lei nº 11.445, de 05 de Janeiro de 2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008	Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado.
Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente.
Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009	Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada.
Decreto Federal 7.217 de 21 de junho de 2010	Regulamenta a Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
Lei Federal 12.305 de 02 de agosto de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Continua...

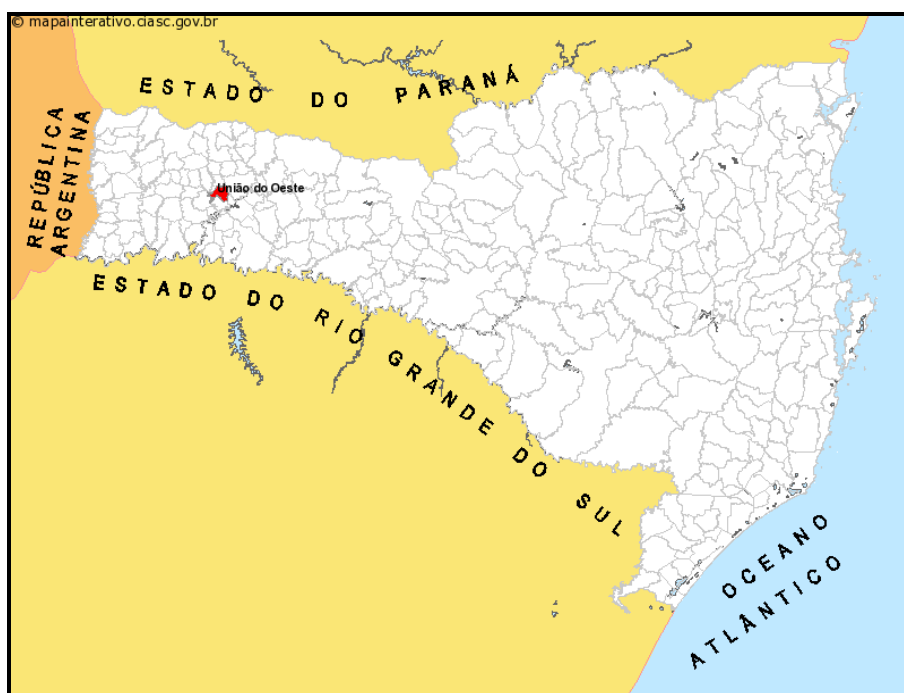
**Quadro 1:** Normas Técnicas e Legais (continuação)

Requisito Legal	Descrição
Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010	Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.
Lei Orgânica Municipal de 05/04/1990. Emenda de Revisão N.º 01/2008 à lei Orgânica.	Institui Nova Redação à Lei Orgânica do município de União do Oeste.



## 6. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

O município de União do Oeste localiza-se na microrregião de Quilombo, na mesorregião do Oeste Catarinense, dentro da vertente do interior do Estado de Santa Catarina, encontra-se a uma latitude 26°45'40''Sul e longitude 52°51'19''Oeste, a uma altitude de 462 metros em relação ao nível do mar. A Figura 1 mostra a localização do município no Estado de Santa Catarina.



**Figura 1:** Localização do município no Estado de Santa Catarina

**Fonte:** [www.mapainterativo.ciasc.gov.br](http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br).

O município possui uma área de aproximadamente 93.058 Km<sup>2</sup>, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE, a distância da capital catarinense é de 591 km. O principal acesso rodoviário é feito pela rodovia BR – 282 e mais 19 km de rodovias municipais. Seus municípios limítrofes são: Jardinópolis (Norte), Águas Frias e Nova Erechim (Sul), Sul Brasil (Oeste) e Quilombo (Leste).

As distâncias dos municípios limítrofes são: Jardinópolis 5,5 km, Águas Frias 20,0 km, Nova Erechim 25,4 km, Sul Brasil 61,6km e Quilombo 37,9 km.

## **6.1. ASPECTOS FÍSICOS**

### **6.1.1. CLIMA**

De acordo com a sua posição no mapa, o estado de Santa Catarina se enquadra nas regiões temperadas úmidas, possuindo, assim, o tipo super-úmido, que ocorre na região Oeste do Estado, na região próxima a São Joaquim e em torno da cidade de Joinville, em direção a nordeste; e o tipo úmido, que predomina no restante do Estado.

Aplicando o sistema Köppen, o território catarinense se enquadra nos climas do grupo C - Mesotérmico, uma vez que as temperaturas médias do mês mais frio estão abaixo de 18°C e superior a 3°C. Pertence ao tipo úmido(f), sem estação seca definida, pois não há índices pluviométricos inferiores a 60mm mensais. Dentro deste tipo é ainda possível distinguir, graças ao fator altitude, dois subtipos: de verão quente (a) encontrado no litoral e no oeste, onde as temperaturas médias de verão são mais elevadas; e de verão fresco(b), nas zonas mais elevadas do planalto. Portanto, segundo Köppen, predominam no Estado os climas Cfa – com verão quente e Cfb – verão fresco. (ATLAS DE SANTA CATARINA, 1991)

Segundo dados dispostos no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de União do Oeste o clima classifica-se como Cfa – mesotérmico úmido com verões quentes, a temperaturas médias é de 20°C, com picos de 31°C e a mínima de 0°C. As precipitações pluviométricas anuais situam-se em uma média de 1600 mm a 2000 mm. O período de chuvas é compreendido entre os meses de julho a agosto.

### **6.1.2. GEOLOGIA LOCAL**

As características referentes aos solos predominantes da região de União do Oeste sob o aspecto geológico compreendem elementos dos domínios Rochas Efusivas (Formação da Serra Geral). Sob esta designação são descritas as rochas vulcânicas efusivas (ou extrusivas) da bacia do Paraná, representadas por uma

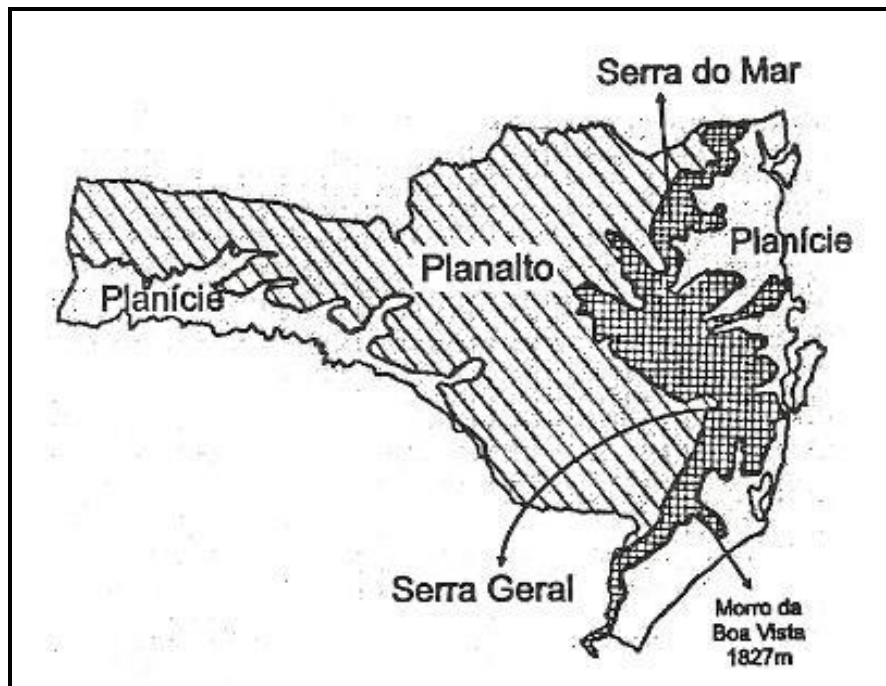
sucessão de derrames que cobrem quase cinquenta por cento da superfície do Estado de Santa Catarina.

Duas sequências são destacadas: a Sequência Básica, predominantemente nos níveis mais inferiores, que é representada por basaltos e fenobasaltos, com diques e corpos tabulares de diabásio, com ocorrências ocasionais de lentes de arenitos interderrames, brechas vulcânicas e vulcano – sedimentares, além de andesitos e vidros vulcânicos; e a Sequência Ácida, predominando em direção ao topo do pacote vulcânico, esta representada por riolitos, riodacitos e dacitos. (ATLAS DE SANTA CATARINA, 1991).

As classes de solo predominantes são: Classe 3 que corresponde às classes de solos ARGISSOLOS VERMELHO-AMARELOS (PVA) e CAMBISSOLOS (CX), estes solos estão localizados em declividades superiores a 12%, sobre domínio geológico de composição arenítica, o que potencializa o risco de erosão se cultivado sem práticas de conservação do solo; Classe 6, referente a NEOSSOLOS LITÓLICOS (RL) e Afloramentos Rochosos, apesar da baixa expressividade em relação aos demais solos e indiferentemente de sua aptidão agrícola, sua localização é estratégica sob o ponto de vista da conservação ambiental, sendo encontrados próximos a mananciais de água e em declives superiores a 45%, devendo constituir áreas destinadas exclusivamente à preservação ambiental; Classe 2 que corresponde os LATOSSOLOS VERMELHO, ocorrem sobre material de origem basáltica, sendo solos argilosos, bem desenvolvidos e estruturados, podendo ser utilizados em cultivos mais intensivos como culturas anuais e perenes, com o emprego de práticas de conservação do solo mais simples.

### **6.1.3. GEOMORFOLOGIA E RELEVO**

Santa Catarina apresenta um relevo bastante acidentado, com formações de depressão, planaltos, planícies e serras. A Figura 2 a seguir ilustra o relevo de Santa Catarina.



**Figura 2:** Relevo de Santa Catarina

**Fonte:** Revista Brasileira de Geociência (2008)

Na geomorfologia, a área encontra-se na Região do Planalto das Araucárias, a qual está vinculada a Unidade Geomorfológica Planalto dos Campos Gerais. Esta unidade abrange uma área de 19.496 km<sup>2</sup> e corresponde a restos de uma superfície de aplainamento e a fragmentação em blocos ou compartimentos, regionalmente conhecidos como Planalto de Palmas, Planalto do Capanema, Planalto de Campos Novos e Planalto de Chapecó. Formou-se em consequência de processos de dissecação desenvolvidos ao longo dos principais rios como o Canoas, o Pelotas e o Uruguai.

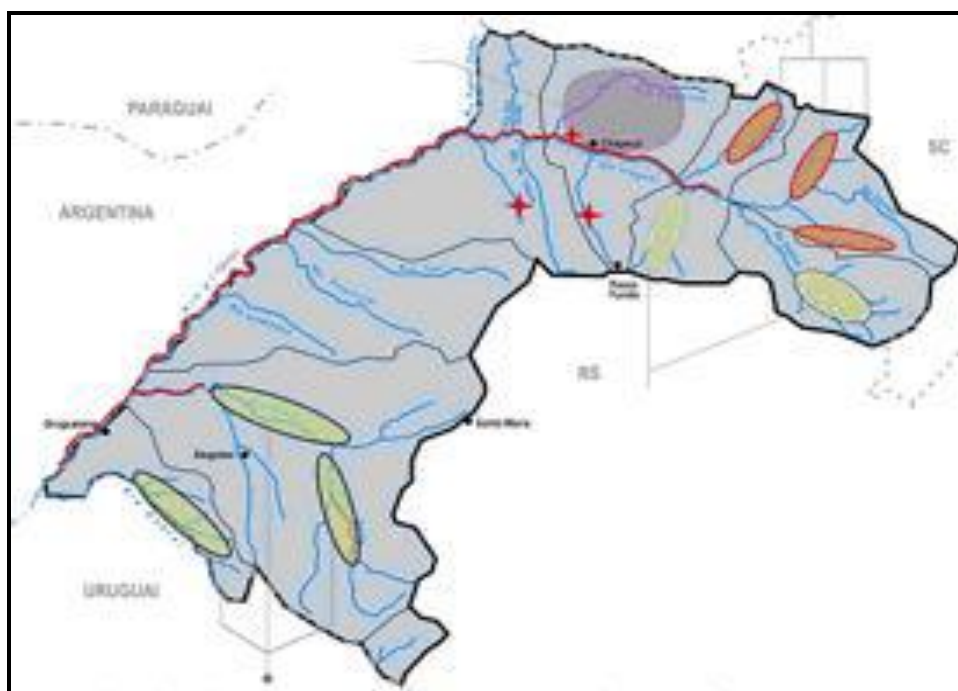
Em termos topográficos, a região é marcada por grandes extensões de campos de encostas. A classificação segundo este critério, registra que 50% do relevo varia entre ondulado e fortemente ondulado, do território do Município na classe por áreas montanhosas.

#### 6.1.4. HIDROGRAFIA E HIDROGEOLOGIA

Bacia Hidrográfica é uma área de captação natural da água de precipitação que faz convergir o escoamento para um único ponto de saída. Esta se compõe de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar em um leito único no seu exutório (TUCCI, 1997 apud PORTO M.; PORTO R., 2008).

O rio Uruguai possui 2.200 km de extensão e é formado da confluência dos rios Pelotas e do Canoas e assume, nesse trecho, a direção leste–oeste, dividindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A Região Hidrográfica abrange porções dos estados do Rio Grande do Sul (73%) e Santa Catarina (27%). A área total da Bacia do Rio Uruguai é de 385.000 km<sup>2</sup>, sendo que 45% estão situados em território nacional (2% do País). A vazão média anual da Região Hidrográfica do Uruguai corresponde a 2,6% da disponibilidade hídrica do País. A Figura 3 ilustra a região hidrográfica do Uruguai.

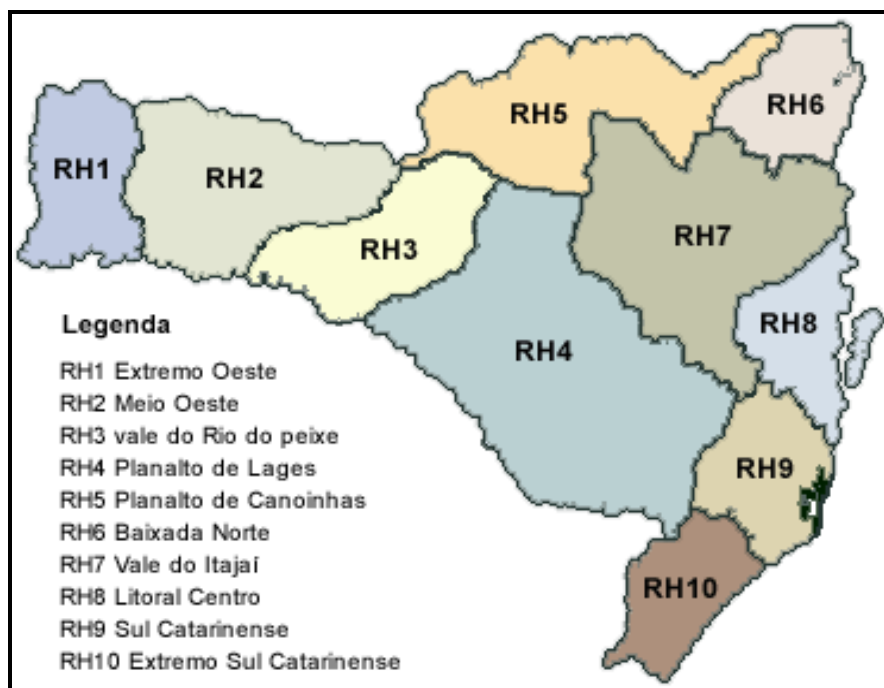


**Figura 3:** Região Hidrográfica do Uruguai

Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA

A Região Hidrográfica do Uruguai apresenta um grande potencial hidrelétrico. São importantes fontes de contaminação das águas superficiais e subterrâneas na região os efluentes da suinocultura e avicultura no oeste catarinense e os agrotóxicos, utilizados principalmente na rizicultura. A carga orgânica remanescente de origem humana lançada nos rios da região representa 2,1% do total do País.

O Estado de Santa Catarina é composto por dez regiões hidrográficas (RH1 - Extremo Oeste, RH2 - Meio Oeste, RH3 - Vale do Rio do Peixe, RH4 - Planalto de Lages, RH5 - Planalto de Canoinhas, RH6 - Baixada Norte, RH7 - Vale do Itajaí, RH8 – Litoral Centro, RH9 - Sul Catarinense e RH10 - Extremo Sul Catarinense). A Figura 4 abaixo mostra as regiões hidrográficas de Santa Catarina, segundo divisão da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDS.



**Figura 4:** Regiões Hidrográficas de Santa Catarina.

**Fonte:** Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico E Sustentável - SDS

A bacia hidrográfica pertencente ao município de União do Oeste é a RH2 – Meio Oeste de Santa Catarina. Em termos gerais a RH2 - Meio Oeste pertence à Vertente do Interior, abrangendo um total de 58.784 Km<sup>2</sup>, correspondendo cerca de 60% do território estadual, na qual integra duas bacias: a Bacia do rio Chapecó de maior extensão com 9.352 Km<sup>2</sup>, recebe as águas dos rios Chapecozinho e Feliciano pela margem esquerda; e a Bacia do rio Irani, cuja área é de 1.955 Km<sup>2</sup>, tem o rio Xanxerê à margem direita como um dos principais contribuintes.

Toda a área do município de União do Oeste está inserida na bacia hidrográfica do rio Chapecó, o qual tem o rio Feliciano, rio Saudade e o rio Martins como seus principais afluentes, passando por dentro da área urbana da cidade.

## **6.2. ASPECTOS BIÓTICOS**

### **6.2.1. VEGETAÇÃO**

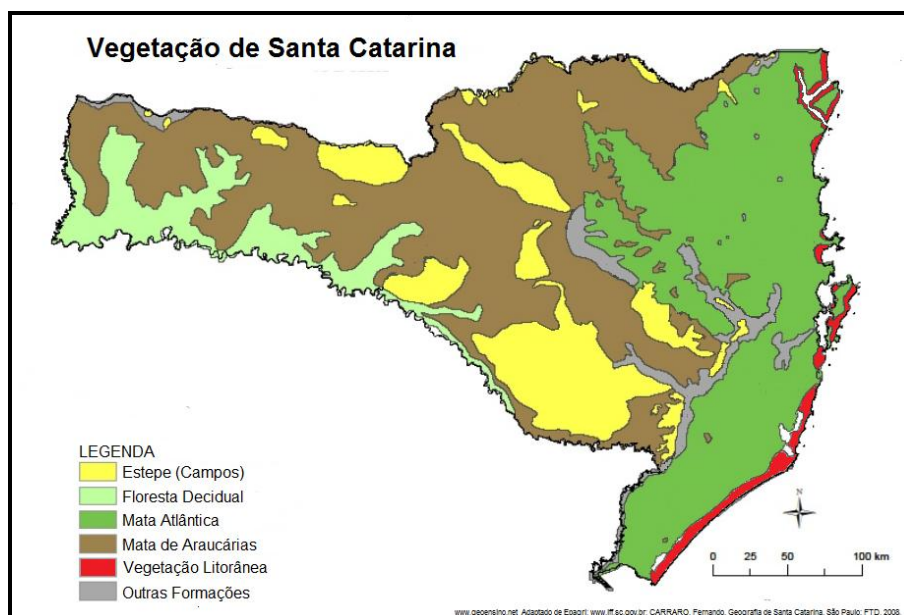
A vegetação em Santa Catarina é uma das mais complexas do Brasil, pelo fato de ter formações florestais tropicais e subtropicais influenciadas principalmente pela latitude e altitude.

A região oeste de Santa Catarina encontra-se quase sempre em altitudes de 700 a 900 metros, estando sob a influência de um clima subtropical úmido, originalmente, formada por duas regiões fito ecológicas: a região da Floresta Subtropical e a região da Floresta Ombrófila Mista (araucária).

As áreas com Floresta Ombrófila Mista ocupavam, originalmente, extensões bem modestas. Atualmente, esta Floresta apresenta-se, em grande parte, descaracterizada pela retirada da madeira, frente à expansão agrícola e a extração de madeira pelas madeireiras. Descendo o planalto, penetra-se na Bacia do Rio Uruguai, por onde se estende o domínio da Floresta Estacional Decidual, dos 500/600 metros para baixo, em cujas formações já não se observa naturalmente a araucária.

Nesses ambientes, frequentemente marcados por forte dissecação do relevo, vales encaixados e pendentes íngremes, o clima caracteriza-se por acentuada variação térmica e por temperaturas médias mais elevadas do que no planalto. Esses e outros gradientes ecológicos permitem o desenvolvimento de uma flora típica e de uma floresta particularmente interessante pelo seu dinâmico aspecto fito fisionômico. A dinamicidade é refletida magnificamente no estrato superior da floresta que, anualmente, no inverno perde suas folhas, recuperando-as na primavera e permanecendo verdes durante o verão e o outono. Como exemplo deste tipo de vegetação, pode-se citar a grápia, o angico vermelho, o louro-pardo, canafístula e guajuvira.

A Floresta Decidual apresenta também grande número de espécies perenifoliadas, porém de baixa representatividade fisionômica. Deste grupo fazem parte o pau-marfim, as canelas, os camboatás, o tainheiro, que junto com as espécies arbustivas e herbáceas dão conteúdo interior à floresta. A Figura 5 mostra o mapa da vegetação de Santa Catarina.



**Figura 5:** Mapa da Vegetação de Santa Catarina.



Fonte: [www.geoensino.net](http://www.geoensino.net) – adaptado de EPAGRI, 2008.

### **6.3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS**

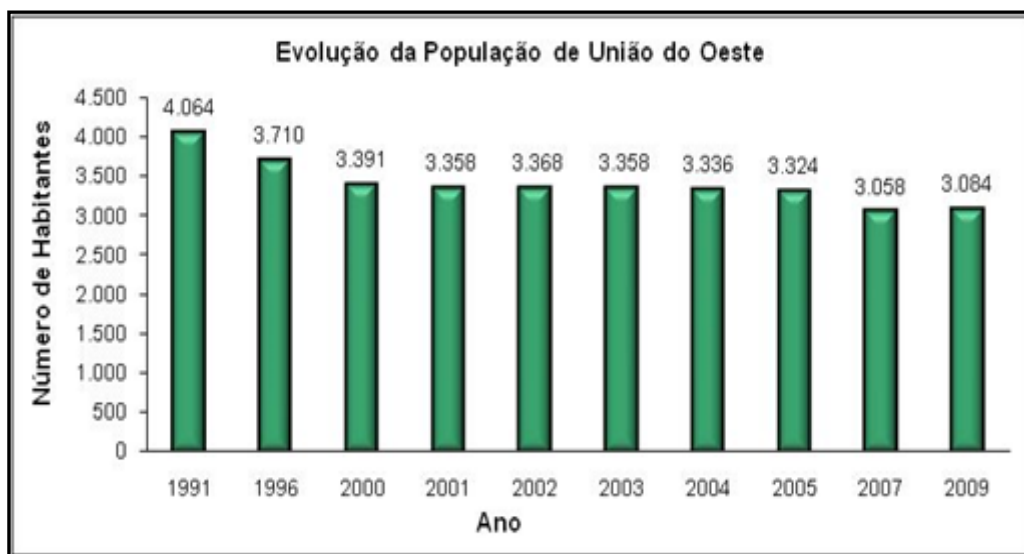
#### **6.3.1. OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA**

A colonização da comunidade iniciou por volta de 1947, com a vinda dos primeiros colonos oriundos do Estado vizinho, Rio Grande do Sul, com objetivo de encontrar novas terras para cultivo. A descendência dos colonizadores era italiana, alemã e polonesa, porém muito antes, a comunidade era povoada por caboclos. Mesmo a área colonizada sendo de relevo irregular, a adaptação e permanência dos colonizadores no local, se deram principalmente pela boa qualidade do solo encontrado. O mesmo solo é caracterizado como sendo de uma cor escura, muito fértil, próprio para produção agrícola, sem contar no fator água, encontrado em abundância tanto para consumo humano, de nascentes e lençóis d'água, como riachos e afluentes (sangas) para consumo animal. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, 2010).

Através da Lei Estadual nº 4.137 de 18 de janeiro de 1968, foi criado o distrito de São Luis, até então pertencente ao município de Coronel Freitas. O nome União do Oeste surgiu devido a um acordo de lideranças das comunidades de São Luis e Jardinópolis. A Lei Estadual nº 1.104/88 criou então o Município de União do Oeste. Sua instalação se deu em 1º de julho de 1989. Logo após, desmembrou-se de União do Oeste o Município de Jardinópolis e parte do Município de Águas Frias.

#### **6.3.2. DEMOGRAFIA E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO**

De acordo com o censo e as contagens populacionais de IBGE, evolução da população de União do Oeste, está demonstrada no gráfico da Figura 6. Segundo o PMSB, analisou-se a dinâmica populacional do município, verificando-se que nos anos de 1991 a 2009, ocorreu um expressivo decréscimo populacional.



**Figura 6:** Gráfico da Evolução da população de União do Oeste.

**Fonte:** IBGE (2010) /PMSB (2011)

### **6.3.3. POPULAÇÃO RURAL E URBANA**

Segundo o último censo do IBGE (2010), o município possuía 2.910 habitantes, desses habitantes 1.803 viviam na zona rural e 1.107 habitantes na zona urbana. Como se pode observar pelos dados de ocupação urbana e rural, a ocupação urbana é menor que a ocupação rural.

### **6.3.4. TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL**

A evolução das taxas de crescimento anual da população total do Brasil, do estado de Santa Catarina e do município de União do Oeste, entre os anos de 1970 e 2009 é mostrada no Quadro 2, com base nos dados do IBGE, segundo consta no Plano Municipal de Saneamento Básico do município.

O Quadro 3 apresenta a estimativa de crescimento populacional.

**Quadro 2:** Taxa geométrica de crescimento anual da população total

PERÍODO	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (%)		
	Brasil	Santa Catarina	União do Oeste
1970/1980	2,48	2,26	-
1980/1991	1,93	2,06	-
1991/1996	1,36	1,43	-1,81
1996/2000	1,97	2,39	-2,22
2000/2007	1,15	1,30	-1,47
2007/2009	2,61	2,13	-0,70

Fonte: BRASIL / IBGE.

**Quadro 3:** Estimativa de crescimento populacional

Ano	Projeção Populacional (hab)		
	Total	Urbana	Rural
2009	3.084	1.080	2.004
2010	3.097	1.085	2.012
2011	3.110	1.089	2.021
2012	3.123	1.094	2.029
2013	3.136	1.098	2.038
2014	3.149	1.103	2.046
2015	3.163	1.108	2.055
2016	3.176	1.112	2.064
2017	3.189	1.117	2.072
2018	3.203	1.122	2.081
2019	3.216	1.126	2.090
2020	3.230	1.131	2.099
2021	3.243	1.136	2.107
2022	3.257	1.140	2.116
2023	3.270	1.145	2.125
2024	3.284	1.150	2.134
2025	3.298	1.155	2.143
2026	3.312	1.160	2.152
2027	3.326	1.165	2.161
2028	3.340	1.170	2.170
2029	3.354	1.174	2.179

2030	3.368	1.179	2.188
------	-------	-------	-------

Fonte: PMSB (2011).

### 6.3.5. OCUPAÇÃO URBANA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Conforme anteriormente colocado e segundo o último censo feito pelo IBGE em 2010, a população de União do Oeste contava em 2010 com 2.910 habitantes, sendo 1.803 viviam na zona rural e 1.107 habitantes na zona urbana do município. Esses números apontam uma taxa de urbanização de 38,04%, que foi registrada no ano de 2010.

**Quadro 4:** Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica

ANO	TAXA DE URBANIZAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/km <sup>2</sup> )
2000	29,31%	36,43
2007	34,99%	32,86
2010	38,04%	31,27

Fonte: BRASIL / IBGE.

### 6.3.6. ATIVIDADES ECONÔMICAS

O município de União do Oeste possui atividades econômicas nos setores primário, secundário, terciário (comércio) e terciário (serviço). Sendo assim, destacam-se a agricultura, pecuária, comércio e serviços e também a indústria.

### 6.3.7. AGROPECUÁRIA

Quanto à pecuária, os dados apresentados no Quadro 5 indicam que o maior efetivo do município é o de aves, com uma produção superior a 70.000 cabeças. Outro efetivo de grande relevância é o de bovinos, que totaliza 16.700 cabeças.

Nos Quadros 6 e 7 estão listados, respectivamente, os produtos das lavouras permanente e temporária no município.

**Quadro 5:** Pecuária no Município de União do Oeste

Rebanho	Produção
Bovinos	16.700
Equinos	170
Muare	12
Suínos	4.740
Caprinos	350
Ovinos	300
Galos, frangas, frangos, pintos	56.567
Galinhas	14.500
Codornas	100
Coelhos	250
Vacas ordenhadas	5.700
Ovinos tosquiados	150

Fonte: IBGE (2008).

**Quadro 6:** Lavoura Permanente no Município de União do Oeste

Produto	Quantidade (Toneladas)	Área Plantada (ha)	Rendimento (Kg/ha)
Erva-mate	190	60	3.800
Laranja	400	20	20.000
Pêssego	20	5	4.000

Uva	250	25	10.000
-----	-----	----	--------

Fonte: IBGE (2008)

A produção silvícola encontra-se apresentada no Quadro 8. Conforme se pode observar, dois produtos tiveram grande expressão no ano de 2008: lenha, madeira em tora.

**Quadro 7:** Lavoura Temporária no Município de União do Oeste

Produto	Quantidade (Toneladas)	Área Plantada (ha)	Rendimento (Kg/ha)
Arroz	8	5	1.600
Batata-inglesa	96	10	9.600
Cana-de açúcar	1.800	30	60.000
Cebola	45	5	9.000
Feijão	150	150	1.000
Fumo	145	87	1.666
Mandioca	2.400	160	15.000
Milho	23.100	4.500	5.133
Soja	1.000	400	2.500
Trigo	216	120	1.800
Triticale	12	10	1.200

Fonte: IBGE (2008)

**Quadro 8:** Extração Vegetal e Silvicultura no Município de União do Oeste

Produto	Quantidade produzida	Unidade
---------	----------------------	---------

Lenha	12.000	Metros Cúbicos
Madeira em Tora	750	Metros Cúbicos

Fonte: IBGE (2008)

### 6.3.8. INDÚSTRIA

União do Oeste, de acordo com informações da Prefeitura Municipal conta com indústria têxtil, madeiras e agroindústrias familiares, somando um total de 12 indústrias, abaixo relacionadas:

- Indústria e comércio de móveis Matté e Daniel Ltda.
- Fábrica de camas UNICAMAS.
- Fábrica de aberturas (portas e janelas)
- Indústria de artefatos de cimento J.B. Ltda.
- Queijos coloniais Pertussati.
- Indústria de alimentos de Roberto Casarro- ME.
- Silvio Lazzarott eletro e vidraçaria Oeste- ME
- Tremalha indústria e comércio de confecções Ltda.
- Marvol indústria e comércio de confecções Ltda ME.
- Madeireira Matte e cia Ltda
- Unitextil indústria de confecções Ltda ME
- Roman Produtos alimentícios Ltda ME.

### 6.3.9. COMÉRCIO E SERVIÇOS

Segundo informações presentes no PMSB, na sede do município de União do Oeste existem diversos estabelecimentos comerciais, os de maior importância são: Cooperativas, lojas de confecção, Postos de Gasolina (03), Bares e Lanchonetes (12)

Restaurantes (02), Lojas (15), Padarias (02). O Horário comercial é das 8h00min às 12h00min das 13h30min às 18h00min.

No setor bancário o município possui posto de atendimento do Banco do Brasil / BESC, e do CRESOL (Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária), o banco Sicoob/ Crediitaipu que é um banco comercial privado, (sociedade anônima de capital fechado) cujo controle acionário pertence a 14 cooperativas centrais de créditos.

#### **6.3.10. SAÚDE**

O município de União do Oeste possui um único estabelecimento de saúde cadastrado, sendo esse o Posto de Saúde de União do Oeste. A administração do Posto é da secretaria de Saúde do município.

O município não tem Rede Hospitalar do SUS, sendo que o hospital mais próximo fica em Chapecó. De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde, o Município possui programas de promoção da saúde, estratégia de saúde da família, regulação assistencial dos serviços de saúde, serviço de atenção ao paciente com tuberculose, serviço de atenção ao pré-natal parto e nascimento, serviço de atenção psicossocial, serviço de controle de tabagismo, serviço de diagnóstico por métodos gráficos dinâmicos, serviço de fisioterapia, serviço de vigilância em saúde, serviço posto de coleta de materiais biológicos.

#### **6.3.11. VIGILÂNCIA DE DOENÇAS**

A vigilância é hoje a ferramenta metodológica mais importante para a prevenção e controle de doenças em saúde pública. É consensual no discurso de todas as entidades de saúde pública mundo afora, desde as de âmbito internacional até as de abrangência local que não existem ações de prevenção e controle de



doenças com base científica que não estejam estruturadas sobre sistemas de vigilância epidemiológica.

Vigilância e investigação de doenças infecciosas, assim como de seu controle, sejam de casos isolados ou de surtos, são inseparáveis em conceito e em ação, uma inexistente na ausência da outra. Constituem, sem dúvida, as ações fundamentais e imprescindíveis de qualquer conjunto de medidas de controle de doenças infecciosas e adquirem hoje uma importância fundamental.

No município de União do Oeste, a vigilância sanitária em conjunto com a secretaria de saúde, atua no registro e controle de doenças em saúde pública.

#### **6.3.12. DADOS EPIDEMIOLÓGICOS**

Os dados epidemiológicos para efeito do presente estudo compreendem restritamente os indicadores de doenças de transmissão hídrica e de origem hídrica.

Doenças de transmissão hídrica são aquelas em que a água atua como veículo de agentes infecciosos. Doenças de origem hídrica são aquelas causadas por determinadas substâncias químicas, orgânicas ou inorgânicas, presentes na água em concentrações inadequadas, em geral superiores às especificadas nos padrões para águas de consumo humano (SAAEBES, 2010).

- Doenças de veiculação hídrica

Os microrganismos patogênicos atingem a água através de excretas de pessoas ou animais infectados, causando problemas principalmente no aparelho intestinal do homem. Essas doenças podem ser causadas por bactérias, fungos, vírus, protozoários e helmintos (SAE, 2010).

Segundo a Organização Mundial de Saúde apud Portal São Francisco, cerca de 80% de todas as doenças que se alastram nos países em desenvolvimento são provenientes da água de má qualidade. Apesar dos grandes avanços científicos e tecnológicos de que a humanidade dispõe atualmente, a população ainda está

exposta à doenças comuns de veiculação hídrica. A maior parte das doenças diarreicas é causada pela água ou por alimentos contaminados e, embora pessoas de qualquer idade possam ser afetadas, as crianças são as maiores vítimas. Uma simples exemplificação desse fato é que a diarreia aguda é a maior causa de internação em crianças de até cinco anos e a desidratação uma das principais responsáveis pela alta taxa de mortalidade infantil no Brasil.

Pesquisa feita junto ao Ministério da Saúde (SINAN/2009 – Tabela de Agravos) não apresentou casos de doenças de veiculação hídrica no Município no ano de 2009.

O número de casos de doenças de veiculação hídrica pode ser reduzido através de ações de saneamento básico, incluindo redes de esgoto, água potável nas residências e a correta destinação dos resíduos sólidos urbanos. O armazenamento e preparo adequado dos alimentos, incluindo conservação de alimentos em geladeira, não exposição a moscas, cozimento dos alimentos e lavagem dos mesmos com água tratada, também são importantes formas de prevenção.

### **6.3.13. EDUCAÇÃO**

Segundo informações da Prefeitura Municipal, União do Oeste possui uma escola municipal e uma estadual.

Observa-se também que não há unidades educacionais de rede privada ou federal no município. O Quadro 9 demonstra o número de escolas, matrículas e docentes no município de União do Oeste no ano de 2008, em função do nível e da unidade educacional.

Com relação ao Analfabetismo, o Quadro 10 mostra a taxa de analfabetismo no Brasil, em Santa Catarina e no município de União do Oeste referente ao ano de 2000. Os dados estão exibidos por faixa etária.

Analisando o Quadro 10, constata-se que a taxa de analfabetismo no município referente ao grupo de pessoas com idade superior ou igual a 15 anos (12,6%) é menor que a taxa observada no território brasileiro (13,6%) e maior que no território estadual (6,3%). Já na faixa etária que compreende os indivíduos de 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo no município é menor que a taxa registrada tanto no país quanto no estado.

**Quadro 9:** Número de escolas, matrículas e docentes no município de acordo com o nível de ensino e a unidade educacional.

<b>ENSINO</b>	<b>UNIDADE EDUCACIONAL</b>	<b>ESCOLAS</b>	<b>MATRÍCULAS</b>	<b>DOCENTES</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>447</b>	<b>26</b>
Ensino Fundamental	Escola Estadual	1	274	13
Ensino Fundamental	Escola Federal	0	0	0
Ensino Fundamental	Escola Municipal	1	173	13
<b>Ensino Médio</b>	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>129</b>	<b>14</b>
Ensino Médio	Escola Estadual	1	129	14
Ensino Médio	Escola Federal	0	0	0
Ensino Médio	Escola Municipal	0	0	0
Ensino Médio	Escola Privada	0	0	0
<b>Ensino Pré-Escolar</b>	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>67</b>	<b>4</b>
Ensino Pré-Escolar	Escola Estadual	0	0	0
Ensino Pré-Escolar	Escola Federal	0	0	0
Ensino Pré-Escolar	Escola Municipal	1	67	4
Ensino Pré-Escolar	Escola Privada	0	0	0

ENSINO	UNIDADE EDUCACIONAL	ESCOLAS	MATRÍCULAS	DOCENTES
Total	4	643	44	

Fonte: BRASIL / IBGE, 2008.

**Quadro 10:** Taxa de analfabetismo por faixa etária

Faixa Etária	Taxa de Analfabetismo no Brasil (%)	Taxa de Analfabetismo em Santa Catarina (%)	Taxa de Analfabetismo no município (%)
10 a 14 anos	7,3	1,4	0,5
15 anos e mais	13,6	6,3	12,6

Fonte: BRASIL / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / INEP, 2000.

**6.3.14. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

O associativismo viabiliza maior participação e estreita os laços entre a sociedade organizada e o poder público. Ele deve ser incentivado pela prefeitura, que pode fornecer assistência técnica, administrativa e tecnológica. Há vários tipos de organizações associativas, como redes de empresas, sindicatos, cooperativas, associações, grupos formalmente ou informalmente organizados, empresas de participação comunitária e consórcios são alguns exemplos.

No município, as seguintes instituições estão presentes:

**Sindicatos**

- Sindicato da Indústria de Material Plástico do Oeste de Catarinense – SINDIPLAST;
- Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Materiais Plásticos e Similares de Chapecó e Região Oeste de SC;

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Chapecó e demais cidades do Oeste de Santa Catarina.

#### **Cooperativas**

- Cooperativa Agroindustrial Alfa – COOPERALFA;

#### **Associações**

- Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A – EPAGRI
- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC - ADR Chapecó
- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

A estrutura político-administrativa do município de União do Oeste conta com as seguintes Secretarias:

- Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

### **6.3.15. EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Segundo informações da Prefeitura, o município conta com projetos realizados na Escola de Educação Básica São Luiz, na conscientização da redução do uso de saco de linha plástica e também Palestras sobre Meio Ambiente. Esses projetos contam com o apoio da câmara de vereadores do município.

### **6.3.16. SANEAMENTO**

#### **Abastecimento de Água**

Em União do Oeste o abastecimento da área urbana do município feito pela CASAN, cuja cobertura de abastecimento de água é de 100%, através de redes de distribuição. O fornecimento de água na zona rural é feito por poços comunitários, de responsabilidade das respectivas comunidades.

#### **Esgotamento Sanitário**

O município de União do Oeste, não possui sistema de esgotamento sanitário implantado. A solução adotada pela maioria das residências é o emprego de tanque séptico (fossa absorvente) para o destino final dos esgotos sanitários.

#### **Destinação dos Resíduos Sólidos**

O serviço de coleta domiciliar e disposição final dos resíduos sólidos gerados na sede municipal e nos povoados é realizado por uma empresa privada contratada pela prefeitura municipal. Essa coleta é realizada três vezes por semana na qual são coletados os resíduos sólidos residenciais, comerciais e industriais.

### **Drenagem e Manejo de Águas Pluviais**

O serviço de manejo de águas pluviais é administrado pelo órgão de esfera municipal. A percentagem de ruas pavimentadas no perímetro urbano se encontra em torno de 50%. A captação das águas pluviais é feita por bocas de lobos e caixa com grelha na sarjeta e os lançamentos dos efluentes do sistema de drenagem são realizados em cursos d'águas permanentes.

#### **6.3.17. PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS EXISTENTES PARA A REGIÃO**

No que se refere à infraestrutura de novos projetos, de acordo com informações da Prefeitura Municipal, há um projeto para instalação de um curtupe.

## **7. RESÍDUOS SÓLIDOS - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Como definição, segundo a norma brasileira NBR 10.004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1987), resíduos sólidos são:

[...] aqueles resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade, de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

Essa definição torna evidente a diversidade e complexidade dos resíduos sólidos. Os resíduos sólidos de origem urbana (RSU) compreendem aqueles produzidos pelas inúmeras atividades desenvolvidas em áreas com aglomerações humanas, abrangendo resíduos de várias origens. Dentre os vários RSU gerados, são normalmente encaminhados para a disposição em aterros sob responsabilidade do poder municipal os resíduos de origem domiciliar ou aqueles com características similares, como os comerciais, e os resíduos da limpeza pública.

A classificação dos resíduos pode ser efetuada a partir de vários critérios, dependendo do aspecto que está sendo considerado. Os critérios mais utilizados estão descritos no Quadro 11, a seguir:

Além desses, existem outros critérios que podem ser utilizados para a classificação dos resíduos sólidos. O mais comumente utilizado é o critério de origem, e este será o utilizado para o presente trabalho.



**Quadro 11:** Critérios de resíduos quanto à fonte

<b>CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>CLASSE</b>
Quanto à origem/produção	Domiciliar, comercial, urbano, rural, especial (de serviço de saúde, portos, aeroportos e terminais rodoviários, industriais)
Quanto ao grau de biodegradabilidade	Biodegradável, descartável, reciclável. Altamente degradável, moderadamente degradável, lentamente degradável e não degradável.
Quanto ao padrão econômico da fonte de produção	Alto, médio e baixo.
Quanto à possibilidade de reagir	Inerte, orgânico e reativo.
Quanto à economia	Aproveitável, inaproveitável e recuperável.
Quanto à possibilidade de incineração	Combustível e não-combustível
Quanto à possibilidade de recuperação energética	Alta, média e baixa
Quanto ao ponto de vista sanitário	Contaminado e não contaminado
Quanto à natureza física	Seco e molhado
Quanto à composição química	Perigoso, não-inerte e inerte.

O Quadro 12 identifica as responsabilidades e apresenta a classificação dos resíduos sólidos quanto à origem.

**Quadro 12:** Classificação dos resíduos sólidos urbanos e suas respectivas responsabilidades.

RESP. DO PODER PÚBLICO	PÚBLICO	Oriundo da limpeza urbana, da varrição das vias públicas, parques, praças, praias, galerias, córregos e terrenos, restos de podas de árvores, corpos de animais, limpeza de áreas de feiras livres.
	DOMICILIAR	Constituído por restos de alimentos, cascas de frutas, verduras, sobras, produtos deteriorados, jornais e revistas, garrafas, embalagens em geral, papel higiênico, fraldas descartáveis e uma grande diversidade de outros itens. Contém, ainda, alguns resíduos que podem ser tóxicos, como pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes.
	COMERCIAL	Originados nos diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como supermercados, estabelecimentos bancários, lojas, bares, restaurantes, etc. Estes resíduos têm grande quantidade de papel, plásticos, embalagens diversas e resíduos de asseio dos funcionários, tais como papel-toalha, papel higiênico.
RESP. DO GERADOR	PORTOS AEROPORTOS E TERMINAIS RODOVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS	Aqueles que contêm ou potencialmente podem conter germes patogênicos, produzidos ou introduzidos nos portos, aeroportos e terminais rodoviários e ferroviários. Na sua maioria são compostos de materiais de higiene, asseio pessoal e restos de alimentos, os quais podem veicular doenças vindas de outras cidades, estados ou países.

Continua...

**Quadro 12:** Classificação dos resíduos sólidos urbanos e suas respectivas responsabilidades (continuação)

RESP. DO GERADOR	RSSS	Agulhas, seringas, gazes, bandagens, algodões, órgãos e tecidos removidos, meios de culturas e animais usados para testes, sangue coagulado, luvas descartáveis, remédios com prazos de validade vencidos, instrumentos de resina sintética, filmes fotográficos de raios X.
RESP. DO GERADOR	INDUSTRIAL	Originado nas diversas atividades dos diversos ramos da indústria, tais como metalúrgica, química, petro-química, papelaria, alimentícia, etc. Esse tipo de resíduo é bastante variado, e é representado por cinzas, lodos, óleos, resíduos alcalinos ou ácidos, plásticos, papéis, madeiras, fibras, borrachas, metais, escórias, vidros, cerâmicas entre outros. Sendo que nessa categoria estão incluídos a maioria dos resíduos sólidos tóxicos (classe I).
RESP. DO GERADOR	AGRÍCOLA	São resíduos das atividades agrícolas e da pecuária. Incluem embalagens de fertilizantes e de defensivos agrícolas, rações, restos de colheita.
RESP. DO GERADOR	CONSTRUÇÃO CIVIL	Os resíduos da construção civil são compostos de materiais de demolição, restos de obras, solos de escavações. O entulho geralmente é um material inerte, passível de reaproveitamento, porém, geralmente contêm materiais que podem ser tóxicos, como tintas, solventes e pedaços de amianto.

**Fonte:** Lei 12.305/2012

A composição dos RSU domésticos é bastante diversificada, compreendendo desde restos de alimentos, papéis, plásticos, metais e vidros até componentes considerados perigosos por serem prejudiciais ao meio ambiente e à saúde pública (CASTILHOS JR, 2003). Os pontos de geração de resíduos desse grupo de resíduos são as residências, estabelecimentos comerciais, repartições públicas, departamentos administrativos das indústrias, dentre outros.

A composição gravimétrica dos resíduos é um dado essencial. No caso dos resíduos de origem domiciliar e comercial, normalmente dispostos em aterros, os componentes comumente discriminados na composição gravimétrica são: matéria orgânica putrescível, metais ferrosos, papel, papelão, plásticos, trapos, vidro, borracha, couro, madeira, entre outros. Na literatura são apresentados diferentes métodos para realizar a composição gravimétrica dos resíduos sólidos. O Quadro 13 abaixo descreve de maneira sucinta a composição mais comum dos resíduos domésticos.

**Quadro 13:** Exemplos de cada categoria de resíduos sólidos urbanos

CATEGORIA	EXEMPLOS
Matéria orgânica putrescível	Restos alimentares, flores, podas de árvores.
Plástico	Sacos, sacolas, embalagens de refrigerante, água e leite, recipientes de produtos de limpeza, esponjas, isopor, utensílios de cozinha, látex, sacos de rafia.
Papel e papelão	Caixas, revistas, jornais, cartões, papel, pratos, cadernos, livros, pastas.
Vidro	Copos, garrafas de bebidas, pratos, espelho, embalagens de produtos de limpeza, embalagens de produtos de beleza, embalagens de produtos alimentícios.

Continua...

**Quadro 13:** Exemplos de cada categoria de resíduos sólidos urbanos (continuação)

CATEGORIA	EXEMPLOS
Metal ferroso	Palha de aço, alfinetes, agulhas, embalagens de produtos alimentícios.
Metal não ferroso	Latas de bebidas, restos de cobre, restos de chumbo, fiação elétrica.
Madeira	Caixas, tábuas, palitos de fósforo, palitos de picolé, tampas, móveis, lenha.
Panos, trapos, couro e borracha	Roupas, panos de limpeza, pedaços de tecido, bolsas, mochilas, sapatos, tapetes, luvas, cintos, balões.
Contaminante químico	Pilhas, medicamentos, lâmpadas, inseticidas, raticidas, colas em geral, cosméticos, vidros de esmaltes, embalagens de produtos químicos, latas de óleo de motor, latas com tintas, embalagens pressurizadas, canetas com carga, papel-carbono, filme fotográfico.
Contaminante biológico	Papel higiênico, cotonetes, algodão, curativos, gazes e panos com sangue, fraldas descartáveis, absorventes higiênicos, seringas, lâminas de barbear, cabelos, pelos, embalagens de anestésicos, luvas.
Pedra, terra e cerâmica	Vasos de flores, pratos, restos de construção, terra, tijolos, cascalho, pedras decorativas.
Diversos	Velas de cera, restos de sabão e sabonete, carvão, giz, pontas de cigarro, rolhas, cartões de crédito, lápis de cera, embalagens longa-vida, embalagens metalizadas, sacos de aspirador de pó, lixas e outros materiais de difícil identificação.

**Fonte:** adaptado de PENSIN *et al* (2002).

Logo, uma infinidade de materiais constitui os resíduos sólidos de uma cidade e estes se apresentam passíveis de cuidados especiais para seu adequado manejo. Problemas de saúde pública estão diretamente relacionados aos resíduos sólidos, decorrentes da exposição direta ou de influências indiretas promovidas por estes materiais.

Impactos ambientais significativos estão associados aos resíduos sólidos, especialmente quando sua disposição final apresenta-se inapropriada, resultando na geração de odores desagradáveis, contaminação da água e do solo e aspecto paisagístico indesejável.

Nesse sentido, a gestão adequada dos resíduos sólidos é, para o saneamento e meio ambiente, um dos fatores mais importantes para a segurança à saúde pública e proteção do meio ambiente.

#### **7.1. ASPECTOS LEGAIS**

O Quadro abaixo traz os serviços urbanos de limpeza e coleta de resíduos realizados e sua frequência no município de União do Oeste.

**Quadro 14:** Quadro de responsabilidades no manejo de resíduos urbanos.

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Responsabilidade</b>	<b>Frequência</b>
<b>Varrição</b>	Prefeitura Municipal	Semanalmente
<b>Capinação</b>	Prefeitura Municipal	Quando necessário
<b>Limpeza de terrenos</b>	Gerador	Quando necessário

<b>Baldios</b>		
<b>Limpeza de sarjeta</b>	Prefeitura Municipal	Quando necessário/anualmente

Continua...

**Quadro 14:** Quadro de responsabilidades no manejo de resíduos urbanos.  
 (continuação)

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Responsabilidade</b>	<b>Frequência</b>
<b>Limpeza de bocas de lobo</b>	Prefeitura Municipal	Quando necessário/ anualmente
<b>Limpeza de praças e jardins</b>	Prefeitura Municipal	Quando necessário
<b>Coleta de animais mortos</b>	Prefeitura Municipal	Quando necessário
<b>Podas de Árvores</b>	Prefeitura Municipal	Trimestral
<b>Coleta de Entulhos</b>	Prefeitura Municipal	Quando necessário
<b>Coleta de Resíduos Industriais</b>	Prefeitura/ Empresa Privada	Três vezes por semana
<b>Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde.</b>	Empresa Privada	Quinzenalmente
<b>Coleta de Resíduos Domiciliares e Comerciais</b>	Empresa Privada	Três vezes por semana
<b>Coleta de Embalagens de Agrotóxicos</b>	Consumidor e ponto comercial de venda do produto	Irregular

	(Cooperalfa)	
--	--------------	--

Fonte: Prefeitura Municipal

A coleta de embalagens de agrotóxicos não é de responsabilidade do órgão que faz a coleta dos resíduos sólidos, mas sim do consumidor e do ponto comercial o qual fez a venda do produto.

Segundo a prefeitura municipal, a Cooperalfa faz o recolhimento das embalagens de agrotóxicos ou as mesmas são queimadas.

## 7.2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL – GESTÃO DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO

O gerenciamento dos resíduos sólidos no município de União do Oeste é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, sendo que esta terceiriza o serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição dos resíduos domiciliares para a empresa CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, cujo aterro sanitário está localizado na cidade de Xanxerê/SC.

Os contratos de prestação dos serviços estão descritos abaixo:

- **Contrato Administrativo Nº 44/2009** - Termo de Contrato que entre si fazem de um lado a Prefeitura Munic. de União do Oeste e a **Empresa MD Coleta e Transportes Ltda.**, nos termos da Lei Nº. 8.666 de 21/06/93 objetivando a contratação de Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos. O **5º Termo aditivo ao Contrato Administrativo Nº 44/2009**: Fica prorrogada a vigência do contrato administrativo N.º 44/2009, editado através do 1º, 2º, 3º e 4º Termo Aditivo, por mais 12 Meses, possuindo término em 31 de dezembro de 2013, conforme permite cláusula 5ª do contrato primitivo e artigo 57 da Lei 8.666/93.
- **Contrato Administrativo Nº 18/2011** - Termo de Contrato que entre si fazem de um lado a Prefeitura Munic. de União do Oeste e a empresa **Continental Obras e Serviços Ltda.**, nos termos da Lei Nº 8.666 de 21/06/93



objetivando a contratação de **Serviços de Coleta, Transporte e Disposição Final do Lixo Hospitalar e Resíduos de Saúde**. O objeto do presente contrato é a prestação de Serviços de Coleta, Transporte e Disposição Final do Lixo Hospitalar e Resíduos Produzidos na Unidade Sanitária do Município de União Do Oeste, incluindo medicamentos vencidos, a serem prestados a cada quinze dias. O 2º termo aditivo ao contrato administrativo n.º 18/2011 Fica prorrogada a vigência do contrato administrativo N.º 18/2011, por mais 12 Meses, possuindo término em 31 de dezembro de 2013, conforme permite cláusula 5ª do contrato primitivo e artigo 57 da Lei 8.666/93.

- **Contrato Administrativo Nº. 50/2011** - Termo de contrato que entre si fazem de um lado a prefeitura Munic. de União do Oeste e a **Empresa Continental Obras e Serviços Ltda.**, nos Termos da Lei Nº. 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, objetivando a contratação de **Serviços de Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos**. O 2º termo aditivo ao contrato administrativo n.º 50/2011, fica prorrogada a vigência do contrato administrativo n.º 50/2011, por mais 12 meses, possuindo término em 31 de dezembro de 2013, conforme permite cláusula 5ª do contrato primitivo e artigo 57 da lei 8.666/93.

#### **7.2.1. LIMPEZA URBANA**

No município de União do Oeste, o órgão responsável pela limpeza urbana é a Prefeitura Municipal, através da secretaria de obras e serviços públicos. De acordo com o PMSB, o serviço é executado por 5 (cinco) funcionários, sendo 3 (três) braçais, que são disponibilizados para este tipo de trabalho quando necessário, 1 (um) motorista e 1 (um) do setor administrativo da própria prefeitura apresentados no Quadro 15. Estes funcionários não possuem nenhuma formação especial, treinamento ou capacitação para execução dos trabalhos.

Os serviços de capina, varrição, poda de árvores, coleta de resíduos de construção, remoção de animais mortos, limpeza de bocas de lobo, são de responsabilidade da prefeitura, bem como o transporte do resultado destes trabalhos, até a destinação final.

**Quadro 15:** Quadro indicativo de funcionários de limpeza urbana.

<b>CARGO</b>	<b>FUNCIÓNÁRIOS</b>
Administrativo	1
Coleta (garis, motorista)	1
Outros serviços (capinação, varrição, etc.)	3

Fonte: PMSB (2011).

Não existem terrenos ou áreas reservadas especificamente para a destinação de capina, varrição, poda de arvores, coleta de resíduos de construção. Esses resíduos, segundo a prefeitura municipal, são dispostos em terreno de propriedade particular.

### **7.2.2. COLETA CONVENCIONAL**

A coleta convencional dos resíduos sólidos urbanos (domiciliares e comerciais) é realizada três vezes por semana, atingindo, em cada visita, toda a área urbana do município.

Funcionários da empresa contratada (CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA) realizam a coleta manualmente nos coletores públicos (lixeiros) e depositam

os resíduos em um caminhão compactador com capacidade de 12m<sup>3</sup>, de propriedade da mesma (PMSB, 2011). Por ser de pequena dimensão a área da sede do município, não existe um planejamento para determinar a rota de coleta dos resíduos domiciliares e comerciais, o que de qualquer modo, não prejudica a eficiência da coleta. Após a coleta, o caminhão transporta o material coletado, até o aterro sanitário da empresa, localizado no município de Xanxerê/SC.

Não houve por parte da Prefeitura ou da empresa Continental, programas de educação sanitária, ambiental, voltados para a limpeza pública.

### **7.2.3. ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS**

Os resíduos domiciliares e comerciais são acondicionados em sacos plásticos e depositados geralmente em coletores particulares, localizados em frente às residências, ou nos coletores públicos disponibilizados pela Prefeitura.

Não existe um planejamento para a distribuição e posicionamento dos coletores ou lixeiras públicas. No município, as lixeiras/coletores encontram-se distribuídas igualmente na área central da cidade, na rua principal, devendo ser colocadas futuramente em outras ruas, conforme necessidade. A Figura 7 mostra coletores na área urbana do município



**Figura 7:** Coletores na área urbana do município

Fonte: PMSB (2011).

#### **7.2.4. COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS**

Os serviços de coleta, transporte, triagem e disposição final dos resíduos sólidos urbanos são prestados ao município pela empresa CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

Os resíduos são coletados pela empresa CONTINENTAL e logo após a coleta, o caminhão transporta o material coletado até o aterro sanitário da empresa.

Vale destacar que não existe rota de coleta dos resíduos no município, a mesma é feita de maneira aleatória (não se baseia em uma avaliação multicritérios). Outra questão a ser considerada é o tamanho da área urbana da cidade, relativamente pequena, logo a eficiência não teria distinções marcantes caso se tivesse uma rota esquematizada.

### 7.2.5. TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS

Atualmente, os resíduos sólidos domiciliares e os resíduos de saúde, são destinados ao aterro sanitário da empresa Continental, localizado no município de Xanxerê .

Os resíduos especiais como embalagens de produtos tóxicos ou despejos de postos de combustível são coletados pela empresa CETRIC, que possui seu aterro sanitário localizado no município de Chapecó/SC.

A empresa Continental realiza e executa o tratamento dos resíduos nos aterros sanitários de Xanxerê/SC. Antes, porém, é realizada a triagem dos resíduos coletados Figuras 8, 9 e 10.



**Figura 8:** Centro de triagem da empresa Continental

Fonte: PMSB (2011).



**Figura 9:** Centro de triagem da empresa Continental (depósito lixo reciclável)

Fonte: PMSB (2011).



**Figura 10:** Centro de triagem da empresa Continental

Fonte: PMSB (2011).



Todo material originado dos resíduos domiciliares, é encaminhado ao Centro de Valorização de Materiais Recicláveis, para triagem. O processo consiste na recepção, separação e seleção dos materiais recicláveis através de esteiras mecânicas, prensagem e depósito para posterior comercialização, sendo este processo executado por empresa terceirizada, dentro do aterro da empresa Continental.

Os resíduos não recicláveis, na maioria orgânicos, são transportados para o aterro sanitário da própria empresa Continental, Figura 11, e depositados em células, que após impermeabilização e fechamento garantem eficiência técnica e ambiental.

A implantação do Aterro compreendeu, dentre outras, as atividades de escolha da área, elaboração do projeto, licenciamentos ambientais, limpeza do terreno, cercamento da área, cortina vegetal, obras de terraplenagem e escavações, acessos, impermeabilização do solo utilizando material geossintético, sistema de drenagem, poços piezométricos, obras de construção civil e centro de triagem. A operação do Aterro compreende além da disposição dos resíduos, monitoramento das águas e do sistema de tratamento de líquidos percolados, drenagem, manutenção dos acessos e das instalações de apoio.

Localizado na Linha Baliza, distante 8 km do município de Xanxerê, possui área total de 14,52 hectares. A obra será desenvolvida em 5 etapas, ao longo dos 20 anos de vida útil do aterro.

A impermeabilização é feita com a compactação de camada de argila, aplicação de geomembrana de PEAD e cobertura com camada de argila para proteção mecânica, Figura 12. O sistema de drenagem é composto por camada drenante e drenagem dos líquidos percolados por tubulação perfurada de PEAD sob manta de geotêxtil, drenagem pluvial e drenagem dos gases.



**Figura 11:** Aterro Sanitário da Empresa Continental em Xanxerê– SC.

Fonte: PMSB (2011).



**Figura 12:** Aterro Sanitário da Empresa Continental- Sistema de Drenagem.

Fonte: PMSB (2011).



Sistema de tratamento dos líquidos percolados é feito por processo biológico composto de quatro lagoas de tratamento em série, Figura 13. Monitoramento do sistema de tratamento dos líquidos percolados e das águas superficiais e subterrâneas, através dos poços piezométricos instalados estrategicamente para completa cobertura da área.

A disposição dos resíduos é feita com atividade de espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos, Figuras 14, 15 e 16.



**Figura 13:** Aterro Sanitário da Empresa Continental- Sistema de Tratamento de líquidos e percolados.

**Fonte:** PMSB (2011).



**Figura 14:** Aterro Sanitário da Empresa Continental – Disposição Final

Fonte: PMSB (2011)



**Figura 15:** Aterro Sanitário da Empresa Continental – Disposição Final

Fonte: PMSB (2011).



**Figura 16:** Aterro Sanitário da Empresa Continental – Disposição Final

Fonte: PMSB (2011).

#### **7.2.6. COLETA SELETIVA**

No município de União do Oeste não há programa de coleta seletiva implantada pela prefeitura e também não foi identificada, em visita ao município, há existência de catadores de recicláveis.

Na sede da empresa CONTINENTAL é feita a triagem do material reciclável. Estes materiais, tais como plástico, vidro e metal, são selecionados por funcionários da empresa, em frente a uma esteira rolante, sendo após, colocados separadamente em baias, posteriormente comprimidos em fardos e comercializados. (PMSB, 2011)

### 7.2.7. RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS)

A coleta dos resíduos dos serviços de saúde é feita pela empresa contratada CONTINENTAL - Obras e Serviços Ltda., quinzenalmente, e é de responsabilidade dos geradores de resíduos. A coleta PE realizada com veículo devidamente licenciado conforme Figura 17.



**Figura 17:** Veículo especialmente preparado e sinalizado para coleta de RSS.

Fonte: PMSB (2011).

Os resíduos de serviço de saúde são acondicionados em recipientes distintos para cada tipo. Para o armazenamento, existe um abrigo externo, ao lado do posto de saúde, provido de porta com chave para isolamento e com ventilação adequada. Outros utensílios de trabalho do posto são depositados no mesmo local.

O acondicionamento desses resíduos se dá em contentores conforme prevê a RDC 306/2004 da ANVISA, distribuídos nas salas de procedimentos ambulatoriais e o armazenamento em contentores plásticos com maior capacidade volumétrica, devidamente identificados e fechados.



Neste município, os resíduos de saúde são coletados no posto de saúde (que possui uma farmácia e um consultório médico), nas duas farmácias e nos dois consultórios odontológicos.

#### **7.2.8. RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Para os resíduos gerados na construção civil, não há qualquer preparação do município de União do Oeste. Estes resíduos são comumente descartados em terrenos baldios, sem que haja uma gestão adequada quanto a controles ambientais bem como licenciamento ambiental.

Não há qualquer tipo de controle sobre o acondicionamento dos resíduos de materiais da construção civil. Estes, quando não utilizados como material de aterro nas próprias obras, são depositados em terrenos baldios do município, porém estes pontos foram somente citados pela administração Municipal.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) através da Resolução Nº 307 de 05/07/02-DOU de 17/07/02, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais, tendo para esse fim definido as especificações de resíduos da construção civil.

#### **7.2.9. RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS**

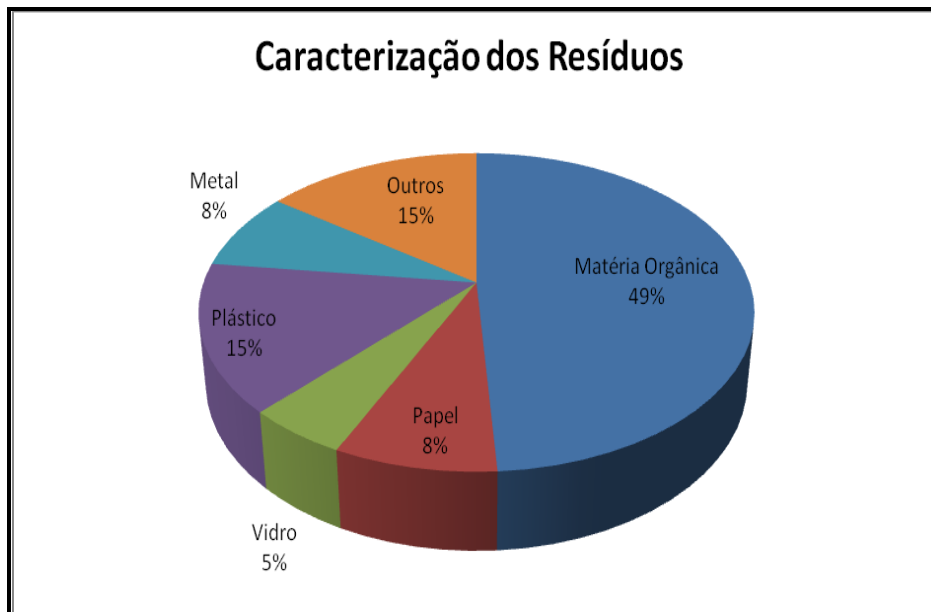
Para os resíduos sólidos perigosos gerados nos estabelecimentos públicos não há ações ordenadas pela Prefeitura Municipal de União do Oeste para devolução aos fornecedores ou destinação final adequada, determinados pela RESOLUÇÃO CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, que “estabelece a obrigatoriedade de procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio em seus compostos.”

Compreendem estes resíduos lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido (automotivas e industriais), pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio (utilizadas por alguns celulares, telefones sem fio e alguns aparelhos que usam sistemas recarregáveis, como as de íon-de-lítio, utilizadas em celulares e notebooks). As lâmpadas, segundo informações da prefeitura municipal, são encaminhadas a uma empresa em Quilombo - SC. Já as pilhas e baterias são enviadas para a Cooperalfa. Os pneus são recolhidos por empresas. O óleo de cozinha é utilizado na fabricação de sabão caseiro.

O lixo eletrônico é recolhido pela prefeitura e encaminhado para Pinhalzinho - SC. É marcado determinado dia, com antecedência, e então a prefeitura efetua o recolhimento do mesmo.

### **7.3. CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO**

De acordo com dados do PMSB, a caracterização dos resíduos no município apresentada a seguir, foi cedida pela empresa contratada CONTINENTAL. Esta caracterização é comum aos municípios que fazem parte da mesma rota de coleta, e que também possuem características populacionais e atividades econômicas e industriais semelhantes. No gráfico da Figura 18 estão discriminados os tipos de resíduos no município.



**Figura 18:** Gráfico com a caracterização dos Resíduos

**Fonte:** Empresa Continental/PMSB (2011).

Verificou-se que a empresa contratada faz uso de todos os equipamentos de proteção necessários, tanto individuais quanto coletivos. Também foi constatado, que na sede municipal não há locais de difícil acesso, sendo assim, toda a área urbana do município é atendida pelo serviço. Não existe nenhuma estação de transbordo na área urbana ou áreas vizinhas, para deposição dos resíduos coletados.

A quantidade de resíduos gerados e coletados foi informada pela própria empresa contratada (CONTINENTAL - Obras e Serviços Ltda.), com base em médias mensais. O mesmo caminhão que passa coletando os resíduos desta cidade também coleta, no mesmo itinerário, resíduos sólidos de outros municípios. A Continental informou que o peso do volume total gerado pelo município é de 15 t/mês em média, somente na área de coleta, ou seja, na área urbana. Fazendo-se o cálculo com base na geração mensal, e população urbana do município, estima-se que a geração de resíduos seja em torno de 0,455 kg/hab. dia.

O valor pago pela Prefeitura Municipal a empresa contratada pelos serviços estão descritos abaixo:

- Valor de R\$ 64.427,28 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte sete reais e vinte oito centavos), divididos em doze parcelas mensais de R\$ 5.368,94 (cinco mil, trezentos e sessenta oito reais e noventa quatro centavos) cada, pago à a Empresa MD COLETA E TRANSPORTE LTDA, pelo serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos do município, 03 vezes por semana, e, transporte do mesmo até a cidade de Quilombo/SC, com baldiação para o caminhão da empresa responsável pela destinação final dos resíduos.
- Valor de R\$ 50.797,80 (cinquenta mil, setecentos e noventa sete reais e oitenta centavos), divididos em doze parcelas mensais de R\$ 4.233,15 (quatro mil, duzentos e trinta três reais e quinze centavos) cada, pago à Empresa CONTIMENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, pela prestação de serviços de disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos do município, 03 (três) vezes por semana.
- Valor de R\$ 9.328,68 (nove mil, trezentos e vinte oito reais e sessenta oito centavos), divididos em doze parcelas mensais de R\$ 777,39 (setecentos e setenta sete reais e trinta nove centavos) pagos à empresa CONTIMENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA para recolhimento e disposição final de resíduos sólidos dos serviços de saúde.

A prefeitura cobra anualmente, uma taxa que varia de R\$13,72 a R\$54,11 de cada unidade habitacional, pelos serviços urbanos prestados.

A distância entre o município de União do Oeste, onde são coletados os resíduos, e o município de Xanxerê, onde se encontra o aterro sanitário da empresa CONTINENTAL, destino dos resíduos coletados, é de 118 km. Segundo a empresa CONTINENTAL, o aterro sanitário do município de Xanxerê/SC comporta cerca de



1.400 toneladas/mês, com vida útil estimada em 20 anos, contados a partir de sua implantação no ano de 2002.

#### **7.4. ANÁLISE CRÍTICA DOS SISTEMAS DE MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA URBANA EXISTENTES**

Dentre as lacunas encontradas no município, em relação à coleta de resíduos sólidos, aparece a falta da coleta seletiva na área urbana. Outra lacuna é a falta de coleta dos resíduos sólidos na área rural, sendo que uma vez era feita a coleta, porém hoje não mais. Neste caso, os resíduos domiciliares inorgânicos são enterrados ou queimados. Os geradores, que são os proprietários do imóvel, destinam os resíduos orgânicos para compostagem na própria área em que está localizada a residência. Este procedimento, que é um processo de reciclagem da matéria orgânica, proporciona destino útil para os resíduos orgânicos, melhorando a estrutura dos solos. O resultado da compostagem é utilizado nos jardins e hortas, como adubo orgânico, devolvendo para a terra os nutrientes de que necessita, aumentando sua capacidade de retenção de água, permitindo o controle de erosão e evitando o uso de fertilizantes sintéticos.

Na área urbana, no tocante aos resíduos industriais, de construções e demolições, de pneumáticos, de pilhas e baterias e de lâmpadas fluorescentes, não há, na Prefeitura, um cadastro dos geradores e nem da quantidade ou características dos resíduos gerados, não permitindo assim um controle do Poder Público Municipal sobre a geração e a destinação dos mesmos.

A coleta destes resíduos, não está sendo feita por parte de empresas privadas, como é feito com a coleta dos resíduos domiciliares, pois primeiramente, não existe um trabalho na comunidade de conscientização e seleção destes tipos de resíduos e, mesmo que houvesse, ainda assim, existiria o problema do custo para as empresas coletarem este lixo específico com volume irrisório em relação à distância a ser percorrida para a coleta e, os custos para destinação final, provavelmente em

cidade de maior porte, por empresa que detivesse conhecimento e equipamentos para esta finalidade. O procedimento usual é a deposição das baterias, pilhas e lâmpadas, no mesmo recipiente que recebe os resíduos domiciliares. A empresa que os recolhe, faz a separação, no seu local de triagem, para onde é destinada a coleta efetuada. Quando não, são enterrados no próprio lote do gerador. Os resíduos industriais e aqueles originários de demolição ou construções são destinados para aterro em lotes da área urbana. De um modo geral, a falta da separação adequada dos resíduos, para uma posterior coleta seletiva, causa transtornos principalmente ao meio ambiente.

O Quadro 16 aponta as lacunas contatadas pelo PMSB no que se refere aos serviços do gerenciamento de resíduos no Município.

**Quadro 16:** Lacunas nos serviços de gerenciamento de resíduos

<b>Serviço</b>	<b>Lacunas no atendimento</b>
Coleta de resíduos domiciliares	Não conta com roteiro de coleta. Não há programa de coleta seletiva no Município. Falta de coleta dos resíduos na área rural do município.
Tratamento de destinação final	Resíduos não são pesados separadamente, o serviço é compartilhado, dificultando obter-se um valor exato das quantidades; Processos de compostagem em residências sem controle e monitoramento;
Resíduos Perigosos, resíduos industriais, de pneumáticos, de pilhas e baterias e de lâmpadas fluorescentes	Não há cadastro dos geradores e nem da quantidade ou características dos resíduos gerados. Dispostos junto com os resíduos domiciliares comuns. Falta de controle do Poder Público Municipal sobre a geração e a destinação dos mesmos.

Resíduos da Construção Civil	Inexistência de aterro específico para destinação desses resíduos, são destinados para aterro em lotes da área urbana.
------------------------------	--

#### **7.5. AVALIAÇÃO DA INTERAÇÃO, COMPLEMENTARIDADE OU COMPARTILHAMENTO DOS SERVIÇOS COM OS SERVIÇOS DOS MUNICÍPIOS VIZINHOS**

Quanto ao tratamento e disposição final, os serviços são compartilhados, visto que estas atividades são prestadas por empresa privada, cujos serviços são similantemente prestados a outras cidades. Ocorre tal compartilhamento, pois, a empresa contratada recebe em seu aterro os resíduos de outros municípios.

Vale aqui destacar, que sob o ponto de vista das potencialidades de valorização de resíduos por práticas de reciclagem e disposição final de resíduos em aterro sanitário, o fator “escala” apresenta-se como fundamental para a viabilidade econômica dos serviços, visto a diluição dos custos de operação, manutenção e monitoramento.

Nesse contexto, o Quadro 17 apresenta as informações referentes ao volume de resíduos gerados e aos custos financeiros do compartilhamento com a coleta, tratamento e destinação final dos resíduos pelos municípios pertencentes ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC e estudados no momento de elaboração do presente PMGIRS.

Assim, o PMGIRS constitui um conjunto de operações destinadas a dar aos resíduos sólidos produzidos em uma localidade o destino mais adequado dos pontos de vista ambiental e sanitário, de acordo com suas características, volume, procedência, custo de tratamento, possibilidades de recuperação e de comercialização (ILPES, 1998).

As diretrizes e as estratégias de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos buscam atender aos objetivos do conceito de prevenção da poluição, minimizando

a geração de resíduos e poluentes prejudiciais ao meio ambiente e à saúde pública. Desse modo busca-se priorizar, em ordem decrescente de aplicação: a redução na fonte, o reaproveitamento, o tratamento e a disposição final. No entanto cabe mencionar que a hierarquização dessas estratégias é função das condições legais, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas existentes no município, bem como das especificidades de cada tipo de resíduo (CASTILHOS JR et.al., 2003).

**Quadro 17:** Estimativa de volume de resíduos e custos financeiros reais e atuais dos municípios estudados

MUNICÍPIO	Estimativa de Geração RSU (Ton/mês)	Estimativa de Resíduos Recicláveis (ton/mês)**	Gastos com Coleta e Transporte RSU (R\$/mês)*	Gastos com Disposição Final RSU (R\$/mês)	Gastos com RSS (R\$/mês)	Total (R\$/mês)*	Total (R\$/ano)*
Águas Frias	14,00	4,20	7.700,00			7.700,00	92.400,00
Águas de Chapecó	70,00		14.450,00		1.950,00	16.400,00	196.800,00
Coronel Freitas	98,00	29,40	11.618,88	8.765,12		20.384,00	244.608,00
Formosa do Sul	21,00	6,30	8.933,33			8.933,33	107.199,96
Irati	9,00	2,70	7.605,00	3.230,00	980,00	11.815,00	141.780,00
Jardinópolis	19,00	5,70	4.316,00		1.294,80	5.610,80	67.329,60
Nova Erechim	60,00	18,00	7.685,17		485,14	8.170,31	98.043,72
Quilombo	103,00	30,90	21.275,00		4.680,00	25.955,00	311.460,00
Santiago do Sul	15,00	4,50	4.223,97	2.547,00	849,00	7.619,97	91.439,64
União do Oeste	18,00	5,40	5.368,94	4.233,15	777,39	10.379,48	124.553,76
<b>TOTAL</b>	<b>427,00</b>	<b>14.557,10</b>	<b>78.726,29</b>	<b>18.775,27</b>	<b>11.016,33</b>	<b>122.967,89</b>	<b>1.475.614,68</b>

\* Considerando o valor de coleta na área rural quando existente.

\*\* estimativa de resíduos recicláveis considerando 30% do volume total de RU

Fonte: Estimativa Elaborada - Cerne Ambiental

Para CASTILHOS JR et.al., (2003) o sistema de GRSU pode ser composto por atividades relacionadas às etapas de geração, acondicionamento, coleta e transporte, reaproveitamento, tratamento e destinação final. Em relação à geração, a alteração no padrão de consumo da sociedade que promova a não geração e incentive o consumo de produtos mais apropriados ambientalmente contribui para

melhoria da condição de vida da comunidade. Além disso, a segregação dos resíduos com base em suas características poderá possibilitar a valorização dos mesmos proporcionando maior eficiência das etapas subsequentes de gerenciamento por evitar a contaminação de materiais reaproveitáveis em decorrência da mistura de resíduos.

As etapas do PMGIRS devem acompanhar toda a vida útil do resíduo, desde o momento do descarte, onde o material, torna-se resíduo para quem o descarta, passando pelas etapas de acondicionamento, coleta transporte, tratamento e destino final.

Para o correto planejamento das operações e equipamentos deve-se inicialmente fazer um diagnóstico prévio, a fim de se conhecer as características locais.

O diagnóstico da situação atual foi elaborado a partir das informações levantadas pelo PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico do município e com os principais atores envolvidos no atual sistema de coleta, transporte e destinação final de resíduos no município, juntamente com as Secretarias Municipais.

O principal indicador para o planejamento de todo o sistema de gerenciamento dos resíduos, principalmente para o correto dimensionamento de instalações e equipamentos é a taxa de geração de resíduos per capita, que representa a geração de resíduos gerados por um habitante num especificado período de tempo, referente aos volumes efetivamente coletados e à população atendida.

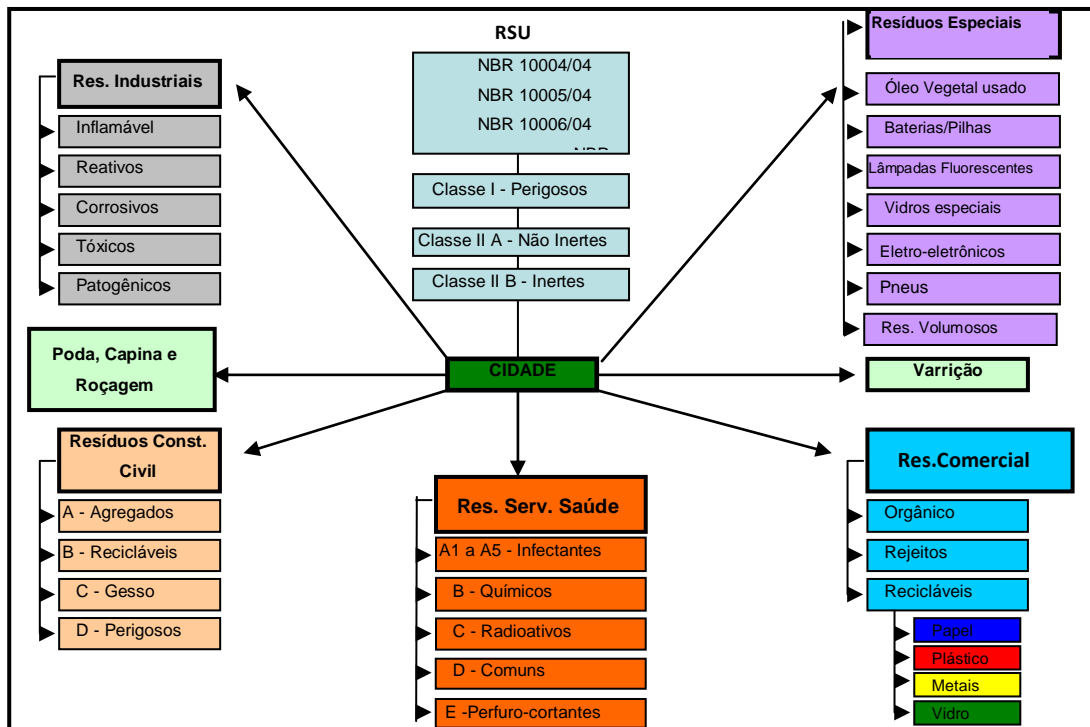
## **8. PROPOSIÇÕES**

O Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PMGIRS do Município de União do Oeste foi elaborado juntamente com a Prefeitura Municipal. Na sequência, as ações e proposições são detalhadas.

### **8.1. AÇÕES PARA O GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

Para que se atinja a eficiência desejada pela Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, deverá ser levada em conta a seguinte tipologia de resíduos, distribuída conforme fluxograma da Figura 19 a seguir:

- RSS (Resíduos dos Serviços de Saúde)
- RCC (Construção Civil)
- RESÍDUOS INDUSTRIAIS
- VARRIÇÃO
- PODAÇÃO (Capina e Roçagem)
- RESIDENCIAIS/COMERCIAIS
- ESPECIAIS
- OUTROS SERVIÇOS



**Figura 19:** Fluxograma de um Sistema de Coleta/Transporte de RSU

Fonte: PMSB (2011).

### 8.1.1. RESÍDUOS DOMÉSTICOS

A coleta poderá continuar sendo realizada através de empresa terceirizada, que necessariamente deve utilizar veículo compactador. Também deverá ser efetuada através de roteiro único, considerando a quantidade de resíduos e distância percorrida para atender todas as ruas do perímetro urbano.

A utilização desse equipamento aumenta a eficiência no sistema de coleta, transporte e destinação final que além de reduzir o volume de resíduos em 3 a 5 vezes, o que aumenta a vida útil do Aterro Sanitário. Esse equipamento permite que a coleta e transporte sejam efetuados sem que ocorram possíveis quedas de resíduos pelas ruas por ação de ventos, diminuição do mau cheiro, de maneira a diminuir o volume de líquidos em função de chuvas. O caminhão compactador deve ainda dispor de um compartimento para captação de líquido oriundo da carga (chorume), com dispositivo que permite a descarga lateral do referido.

O Quadro 18 apresenta a estimativa de volume de resíduos gerados no município para os próximos anos, demonstrando claramente o pequeno volume a ser incrementado, considerando resíduos recicláveis e não recicláveis e considerando ainda que o município não tenha nenhuma iniciativa de coleta seletiva, compostagem, e outras melhorias a serem propostas neste Plano.

**Quadro 18:** Estimativa de volume para coleta convencional na zona urbana.

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	GERAÇÃO RESÍDUOS ESTIMADA (Kg/hab.dia)	COLETA ESTIMADA (kg/dia)	COLETA ESTIMADA VOLUME (ton/mês)
2013	3.136	1.098	0,455	499,59	14.987,70
2014	3.149	1.103	0,455	501,87	15.055,95
2015	3.163	1.108	0,455	504,14	15.124,20
2016	3.176	1.112	0,455	505,96	15.178,80
2017	3.189	1.117	0,455	508,24	15.247,05
2018	3.203	1.122	0,455	510,51	15.315,30
2019	3.216	1.126	0,455	512,33	15.369,90
2020	3.230	1.131	0,455	514,61	15.438,15
2021	3.243	1.136	0,455	516,88	15.506,40
2022	3.257	1.140	0,455	518,70	15.561,00
2023	3.270	1.145	0,455	520,98	15.629,25
2024	3.284	1.150	0,455	523,25	15.697,50
2025	3.298	1.155	0,455	525,53	15.765,75
2026	3.312	1.160	0,455	527,80	15.834,00
2027	3.326	1.165	0,455	530,08	15.902,25
2028	3.340	1.170	0,455	532,35	15.970,50
2029	3.354	1.174	0,455	534,17	16.025,10
2030	3.368	1.179	0,455	536,45	16.093,35
2031	3.382	1.184	0,455	538,86	16.165,95
2032	3.396	1.189	0,455	541,13	16.233,85
2033	3.410	1.194	0,455	543,40	16.302,03

Fonte: Estimativa elaborada – Cerne Ambiental.



Nas condições apresentadas no Quadro 18, a capacidade dos equipamentos e operações atenderá o sistema, mesmo sem sofrer alterações para o período projetado. Salientando que as ações propostas para o gerenciamento de resíduos urbanos do município devem ser revistas periodicamente conforme programa de monitoramento em anexo, com o objetivo de avaliar a eficiência e promover melhorias no sistema.

Os resíduos sólidos domiciliares e comerciais que não apresentam potencial para reciclagem e ainda não se enquadram como perigosos, deverão ter como destino final Aterro Sanitário, conforme já vem ocorrendo.

#### **8.1.2. RESÍDUOS RECICLÁVEIS**

A reciclagem mecânica consiste em processar os resíduos plásticos em grânulos que podem ser utilizados na obtenção de novos produtos, tais como sacos de lixo, mangueiras, pisos, tubulações dentre outros. Na reciclagem química faz-se a conversão dos resíduos plásticos em monômeros ou misturas de hidrocarbonetos que são reintegrados à cadeia petroquímica. A reciclagem energética consiste na recuperação da energia proveniente da queima de materiais plásticos. No Brasil a reciclagem mecânica é a mais utilizada.

A reciclagem dos materiais plásticos traz vários benefícios ambientais, sociais e econômicos para a sociedade, dentre os quais destacam-se: redução do volume de lixo coletado, propiciando aumento da vida útil dos Aterros Sanitários e a redução dos custos de transporte; economia de energia e petróleo, pois a maioria dos plásticos são derivados de petróleo, e um quilo de plástico equivale a um litro de petróleo em energia; geração de empregos (catadores, sucateiros, operários, e etc.); menor preço para o consumidor dos artefatos produzidos com plástico reciclado (em média, os artefatos produzidos com plástico reciclado são 30% mais baratos do que os mesmos produtos fabricados com matéria-prima virgem); melhorias sensíveis no processo de decomposição da matéria orgânica nos aterros

sanitários, uma vez que o plástico impermeabiliza as camadas de material em decomposição, prejudicando a circulação de gases e líquidos.

Conforme já exposto o volume de resíduos não justifica a implantação de uma central de triagem no município, no entanto, a coleta seletiva será implantada em todo o município, tanto no meio urbano quanto no rural. Inicialmente a Prefeitura Municipal implantará um programa de educação ambiental, previsto neste Plano, onde será orientado à população de como proceder para a separação dos resíduos.

Os procedimentos para implantação da coleta seletiva deverão ocorrer da seguinte forma:

- ❖ A Prefeitura disponibilizará à população recipientes específicos para o acondicionamento dos resíduos recicláveis;
- ❖ População deverá separar os resíduos recicláveis e acondicioná-los devidamente limpos e amassados conforme instruções, nos recipientes destinados a coleta de recicláveis;
- ❖ Na área urbana do município, uma vez por semana, no dia estipulado e divulgado previamente, para a coleta dos resíduos recicláveis, todas as residências e estabelecimentos deverão disponibilizar os recipientes com os resíduos próximos aos logradouros públicos, assim o veículo coletor recolherá apenas os resíduos e deixará os recipientes para novamente haver o processo;
- ❖ Para a zona rural do município, a coleta será realizada, num primeiro momento a cada dois meses;
- ❖ O veículo a ser destinado à coleta, tanto para a zona urbana, quanto para a zona rural do município deverá ser do tipo caçamba de propriedade da Prefeitura municipal, esta fará a coleta e o transporte até a local da triagem e valorização dos resíduos;

- ❖ A equipe de coleta poderá ser composta de um motorista e um ajudante, considerando a quantidade estimada de resíduos a ser coletada;
- ❖ Para a implantação dessa proposta a Prefeitura Municipal deverá disponibilizar um recipiente para cada residência urbana e rural. Para a captação de recursos financeiros, sugere-se que sejam feitas parcerias com empresários e comerciantes locais;
- ❖ A reciclagem dos resíduos, num primeiro momento, será terceirizada (por meio de processo licitatório, modelo tomada de preço). A empresa vencedora do processo fará a classificação e encaminhará os resíduos à reciclagem. Cabe a Prefeitura Municipal fiscalizar tais ações.

#### **8.1.2.1. ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS**

De acordo com a Política nacional de Resíduos sólidos (12.305/10), no Art. 8 São considerados instrumentos da Política o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Diante do diagnosticado é necessário que o município verifique a possibilidade de implantação de cooperativa ou associação que incorpore os catadores no processo, na qual o resíduo reciclável recolhido no município seja destinado a essa organização. Em caso de não haver número suficiente de catadores no município é importante a elaboração de um plano de viabilidade coletivo para implantação de associação através de consórcio intermunicipal.

Essa ação é reforçada no art. 18 da Lei 12.305/10 que diz que serão priorizados no acesso aos recursos da União os Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas

de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Ainda cabe ressaltar a importância de o município organizar e capacitar permanentemente os catadores sobre o funcionamento das atividades.

### **8.1.3. RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**

De acordo com a RDC ANVISA n. 306/04 e a Resolução CONAMA n. 358/2005, são definidos como geradores de RSS todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para a saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento, serviços de medicina legal, drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área da saúde, centro de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro, unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura, serviços de tatuagem, dentre outros similares.

A classificação dos RSS vem sofrendo um processo de evolução contínuo, na medida em que são introduzidos novos tipos de resíduos nas unidades de saúde e como resultado do conhecimento do comportamento destes perante o meio ambiente e a saúde, como forma de estabelecer uma gestão segura com base nos princípios da avaliação e gerenciamento dos riscos envolvidos na sua manipulação. Os RSS são classificados em função de suas características e consequentes riscos que podem acarretar ao meio ambiente e à saúde.

De acordo com a RDC ANVISA no 306/04 e Resolução CONAMA no 358/05, os RSS são classificados em cinco grupos: A, B, C, D e E.

Grupo A – O grupo A engloba os componentes com possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou

concentração, podem apresentar risco de infecção. Subdivide-se o grupo A em A1, A2, A3, A4 e A5. Exemplos: placas e lâminas de laboratório, carcaças, peças anatômicas (membros), tecidos, bolsas transfusionais contendo sangue, dentre outras.

Grupo B - contém substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Ex: medicamentos apreendidos, reagentes de laboratório, resíduos contendo metais pesados, dentre outros.

Grupo C - quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, como, por exemplo, serviços de medicina nuclear e radioterapia etc.

Grupo D - não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. Ex: sobras de alimentos e do preparo de alimentos, resíduos das áreas administrativas etc.

Grupo E - materiais perfuro-cortantes ou escarificantes, tais como lâminas de barbear, agulhas, ampolas de vidro, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, espátulas e outros similares.

No que se refere a responsabilidade pelos resíduos de saúde, os estabelecimentos de serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, cabendo aos órgãos públicos, dentro de suas competências, a gestão, regulamentação e fiscalização. Embora a responsabilidade direta pelos RSS seja dos estabelecimentos de serviços de saúde, por serem os geradores, pelo princípio da responsabilidade compartilhada, ela se estende a outros atores: ao poder público e às empresas de coleta, tratamento e disposição final.

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 30, estabelece como competência dos municípios "organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de

concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo que tem caráter essencial".

Sendo assim, é de responsabilidade da Prefeitura Municipal União do Oeste através da Secretaria de Saúde:

- ❖ Definição do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS referentes às Unidades de Saúde Municipais, obedecendo aos critérios técnicos, legislação ambiental e outras orientações contidas neste Regulamento;
- ❖ A designação de um profissional para exercer a função de responsável pela implantação e fiscalização do PGRSS na Unidade de Saúde;
- ❖ A capacitação, o treinamento e a manutenção de programa de orientação continuada para o pessoal envolvido em todas as atividades de Saúde de responsabilidade do poder público na gestão e manejo dos resíduos, objeto deste Regulamento;
- ❖ Requer das empresas prestadoras de serviços terceirizados de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, a documentação definida no Regulamento Técnico da RDC 306/2005 da ANVISA (licenças);
- ❖ Manter registro de operação de venda ou de doação dos resíduos destinados à reciclagem ou compostagem, obedecendo também o Regulamento Técnico da RCD 306/2005 da ANVISA;
- ❖ Manter cópia do PGRSS disponível em cada Unidade de Saúde para consulta sob solicitação da autoridade sanitária ou ambiental competente, dos funcionários, dos pacientes e do público em geral;
- ❖ Os serviços novos ou submetidos a reformas ou ampliação devem encaminhar o PGRSS juntamente com o Projeto Básico de Arquitetura para vigilância sanitária local, quando da solicitação de alvará sanitário;

- ❖ A responsabilidade, por parte dos detentores de registro de produto que gere resíduos classificados no Grupo B, de fornecer informações documentadas referentes ao risco do manejo e disposição final do produto ou do resíduo. Estas informações devem acompanhar o produto até seu descarte final.

A Prefeitura Municipal através do Departamento de Vigilância Sanitária deverá exigir dos estabelecimentos a elaboração do PGRSS, juntamente com o contrato de prestação de serviço com empresa qualificada para coleta, transporte, tratamento e disposição final, conforme preconiza a legislação vigente, descrita anteriormente, garantindo assim o correto tratamento e destinação final.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS deverá atender as especificações da RDC 306/04 e RESOLUÇÃO CONAMA 358/05. A(s) empresa(s) contratada(s) para coleta, transporte, tratamento e destinação final deverão estar em conformidade com a legislação e normas técnicas pertinente, devidamente licenciadas perante aos órgãos competentes.

#### **8.1.4. AÇÕES PARA O GERENCIAMENTO RESÍDUOS INDUSTRIAIS**

Recomenda-se que a Prefeitura Municipal faça um cadastro de todas as indústrias instaladas no município, devendo orientar e exigir o cumprimento das legislações e normas, através da exigência que as indústrias elaborem seu próprio Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos conforme prevê a Lei Federal Nº 12.305/ 2010.

A partir da elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, as empresas terão condições de realizar o inventário de resíduos industriais, contemplando a identificação qualitativa e quantitativa, e principalmente identificando as normas para manuseio (acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final) adequado a cada tipo de resíduo gerado.

Como consequência a Prefeitura Municipal também terá condições de elaborar e manter atualizado o inventário de Resíduos Sólidos Industriais do Município.

#### **8.1.5. PILHAS E BATERIAS**

Cada cidadão tem como responsabilidade identificar e realizar a triagem das pilhas e baterias dos resíduos domiciliares e encaminhá-los aos pontos de coleta autorizados. No Quadro 19, coloca-se sugestões de pontos de coleta das pilhas e baterias.

**Quadro 19:** Sugestões de pontos de coleta de pilhas e baterias na área urbana

<b>TIPO DE BATERIAS</b>	<b>SUGESTÕES DE PONTOS DE COLETA</b>
Baterias Automotivas (Bateria de Chumbo-Ácido)	Distribuidor ou locais de revenda de baterias automotivas, comércio de acumuladores, mecânicas e auto-peças que trocam e/ou vendem baterias automotivas, entre outros.
Baterias Industriais (Baterias de Chumbo-Ácido)	Distribuidores ou locais de venda de baterias industriais, comércio de acumuladores industriais, etc.
Baterias de Aparelhos celulares e outros aparelhos que utilizam pilhas e baterias recarregáveis (pilhas e baterias de Níquel-Cádmio)	Postos de vendas ou revenda de celulares, supermercados, mercados, comércio de pilhas e baterias.



As Pilhas e Baterias que atenderem os limites previstos no art. 6º da Resolução CONAMA 257/99,	Poderão ser dispostas, juntamente com resíduos domiciliares, em Aterros Sanitários Licenciados.
--	---

A Prefeitura Municipal deverá identificar e convocar os estabelecimentos julgados adequados para ajustamento como pontos de coleta e devolução dos resíduos de pilhas e baterias. Além disso, a Prefeitura Municipal deverá orientar tais estabelecimentos sobre os resíduos a serem coletados a cerca de formas de manuseio, armazenamento, legislações pertinentes, responsabilidades, etc.

#### **8.1.5.1. ARMAZENAMENTO**

As condições para o armazenamento de resíduos de perigosos são regulamentadas pela ABNT NBR 12.235, que consta:

- ❖ Os contêineres e/ou tambores devem ser armazenados, em áreas cobertas e bem ventiladas;
- ❖ Os recipientes são colocados sobre base de concreto ou outro material que impeça a lixiviação e percolação de substâncias para o solo e águas subterrâneas;
- ❖ A área deve possuir ainda um sistema de drenagem e captação de líquidos contaminados para que sejam posteriormente tratados;
- ❖ Os contêineres e/ou tambores devem ser devidamente rotulados de modo a possibilitar uma rápida identificação dos resíduos armazenados;
- ❖ A disposição dos recipientes na área de armazenamento deve seguir as recomendações para a segregação de resíduos de forma a prevenir reações violentas por ocasião de vazamentos ou ainda, que substâncias corrosivas possam atingir recipientes íntegros;

- ❖ Em alguns casos é necessário o revestimento de forma a torná-los mais resistentes ao ataque dos resíduos armazenados.

As baterias que não estiverem totalmente descarregadas devem ser estocadas de forma que seus eletrodos não entrem em contato com os eletrodos de outras baterias ou com objetos de metal, por exemplo, a parte interna do tambor de metal. O Quadro 20 apresenta as formas de armazenamento de pilhas e baterias.

**Quadro 20:** Resumo das formas de armazenamento de pilhas e baterias

TIPO DE BATERIAS	ARMAZENAMENTO
Baterias Automotivas (Bateria de Chumbo-Ácido)	Container
Baterias Industriais (Baterias de Chumbo-Ácido)	
Baterias de Aparelhos celulares e outros aparelhos que utilizam pilhas e baterias recarregáveis (pilhas e baterias de Níquel-Cádmio)	Caixa, Tambor, Bombona

O transporte deve ser realizado por prestadora de serviço terceirizado ou pela própria Prefeitura Municipal, desde que obedecendo às normas técnicas e legais vigentes. O transporte, procedimento e simbologia deverá estar de acordo com as normas da ABNT e legislações específicas.

Algumas das principais recomendações são:

- ❖ Os veículos deverão ter afixadas placas de segurança, contendo identificação do risco do produto e número do produto, rótulo de risco (placa de corrosivo) conforme ABNT NBR 8.500, com motorista credenciado e carga lonada ou caminhão furgão;
- ❖ Veículo deverá ter kit de emergência e EPI's;

- ❖ O motorista deverá manter envelope com ficha de emergência com instruções em caso de acidentes, incêndio, ingestão, inalação, telefone de contato, etc.

É importante salientar que a Prefeitura Municipal deverá ter campanhas constantemente, esclarecendo a cerca dos tipos de pilhas e baterias que podem ou não ser descartadas nos pontos de coleta e os tipos que podem ser descartados junto com os resíduos domésticos. Essas campanhas devem abordar toda a população, tanto rural, como a urbana.

#### **8.1.6. LÂMPADAS FLUORESCENTES**

Cada cidadão é responsável pela triagem das lâmpadas fluorescentes dos demais resíduos domésticos e encaminhá-los aos pontos de coleta autorizados. Em cada ponto de coleta deverá haver uma estrutura mínima para o recebimento e armazenamento dos resíduos, sendo que todas as precauções necessárias deverão ser tomadas em todas as etapas de manejo do resíduo, conforme especificam as normas e legislações vigentes.

Os recipientes destinados à coleta de resíduos de lâmpadas fluorescentes deverão estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT que regulamentam as formas de armazenamento, transporte e simbologias para resíduos de lâmpadas fluorescentes, como pode ser visualizado no Quadro 21.

**Quadro 21:** Resumo sobre lâmpadas fluorescentes

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Classe I – Perigosos (ABNT NBR 10.004)</b>
ARMAZENAMENTO	Armazenamento de resíduos (ABNT NBR 12.235/1988)
TRANSPORTE	Transporte de resíduos – ABNT NBR 13.221/94 Procedimentos e Simbologia ABNT NBR 7.500
DESTINAÇÃO	Reciclagem por empresas de recuperação de lâmpadas

	fluorescentes.
--	----------------

A Prefeitura Municipal deverá identificar e convocar os estabelecimentos adequados para ajustamento como pontos de coleta e devolução dos resíduos, bem como dar orientação e material sobre o resíduo a ser coletado. Neste caso indica-se que seja realizado em conjunto com a coleta de pilhas e baterias.

Os pontos de recebimento de resíduos de lâmpadas fluorescentes poderá ser realizado por meio dos próprios estabelecimentos que comercializam os produtos de lâmpadas fluorescentes, devendo os estabelecimentos tomar todas as precauções necessárias para o manejo do resíduo (coleta, armazenamento e manuseio) conforme especifica as normas técnicas e legislações vigentes.

Recomenda-se a alternativa de realizar a coleta de lâmpadas fluorescentes em conjunto com a coleta das pilhas e baterias, os pontos de coleta para ambos resíduos: pilhas/baterias e lâmpadas fluorescentes.

Assim como para pilhas e baterias, recomenda-se que os pontos de coleta de lâmpadas fluorescentes, sejam identificados através de cartazes e/ou adesivos. O material utilizado para identificação deverá ser elaborado com simbologia e conteúdo fácil cuja função principal é facilitar a identificação dos pontos de coleta pela população.

As lâmpadas fluorescentes deverão ser recebidas, acondicionadas e armazenadas adequadamente de forma segregada, obedecendo às normas ambientais e de saúde pública, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até seu repasse para o destino final.

O armazenamento deverá ser de forma temporária de espera para reciclagem, recuperação, tratamento e/ou disposição final, pode ser realizado em bombonas, tambores, própria embalagem original e em caixas de papelão próprias

para o recolhimento de resíduos. Devendo ser observada a periculosidade de cada resíduo.

Os recipientes destinados ao acondicionamento dos resíduos de lâmpadas fluorescentes deverão estar em conformidade com a ABNT NBR 12.235 que regulamenta sobre armazenamento de resíduos sólidos perigosos:

- ❖ Os contêineres e/ou tambores devem ser armazenamento, em áreas cobertas e bem ventiladas;
- ❖ Os recipientes são colocados sobre base de concreto ou outro material que impeça a lixiviação e percolação de substâncias para o solo e águas subterrâneas;
- ❖ A área deve possuir ainda, um sistema de drenagem e captação de líquidos contaminados para que sejam posteriormente tratados;
- ❖ Os contêineres e/ou tambores devem ser devidamente rotulados de modo a possibilitar uma rápida identificação dos resíduos armazenados;
- ❖ A disposição dos recipientes na área de armazenamento devem seguir as recomendações para a segregação de resíduos de forma a prevenir reações violentas por ocasião de vazamentos ou, ainda, que substâncias corrosivas que possam atingir recipientes íntegros;
- ❖ Em alguns casos é necessário o revestimento de forma a torná-los mais resistentes ao ataque dos resíduos armazenados.

Recomenda-se que o transporte seja realizado por serviço terceirizado, ou ainda a Prefeitura Municipal poderá optar por efetuar esse transporte, desde que, em ambos os casos sejam seguidas as condutas de procedimentos de segurança segundo as legislações vigentes. O transporte, procedimentos e simbologias devem estar de acordo com as normas técnicas da ABNT e legislações referentes para resíduos perigosos conforme já citado anteriormente.

### 8.1.7. ÓLEOS E GRAXAS

Cada cidadão tem como responsabilidade realizar a triagem dos óleos e graxas incluindo das embalagens, dos demais resíduos domiciliares e encaminhá-los aos pontos autorizados de coleta.

Em cada posto de combustível ou nos locais de troca de óleos lubrificantes, deverá apresentar uma estrutura mínima para o recebimento e armazenamento dos resíduos, sendo que todas as precauções necessárias deverão ser tomadas em todas as etapas de manejo do resíduo, conforme especificam as normas e legislações vigentes.

Antes dos resíduos serem dispostos para a coleta, os locais de armazenamento de óleos e graxas deverão estar corretamente acondicionados e identificados conforme as normas técnicas da ABNT que regulamentam as formas de armazenamento, transporte e simbologias para resíduos de óleos e graxas, como pode ser observado no Quadro 22, abaixo.

**Quadro 22:** Resumo sobre óleos e graxas

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Classe I – Perigosos (ABNT NBR 10.004)</b>
ARMAZENAMENTO	Armazenamento de resíduos (ABNT NBR 12.235/1988)
TRANSPORTE	Transporte de resíduos – ABNT NBR 13.221/94 Procedimentos e Simbologia ABNT NBR 7.500
DESTINAÇÃO	Reciclagem por empresas de recuperação de óleo.

O transporte deveser realizado segundo a Portaria nº 125/1999, que regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado, cujo produtor e o importador de óleo lubrificante acabado ficam obrigados a garantir a coleta e a destinação final do óleo

lubrificante usado ou contaminado, na proporção relativa ao volume total de óleo lubrificante por eles comercializado.

Para cumprimento da obrigação prevista na portaria, o produtor e o importador poderão:

- ❖ Contratar empresa coletora regularmente cadastrada junto a ANP – Agência Nacional do Petróleo;
- ❖ Cadastrar-se junto a ANP como empresa coletora, cumprindo as obrigações previstas no art. 4º da Portaria 127/1999;
- ❖ É possível consultar o site da ANP, que publica mensalmente uma listagem de empresas cadastradas para executar a coleta e transporte de óleo lubrificante usado ou contaminado ([www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)).

#### **8.1.8. PNEUS**

Cada cidadão usuário tem como responsabilidade de realizar a triagem dos pneumáticos dos demais resíduos domiciliares e encaminhá-los aos pontos de coleta autorizados e/ ou dar destino final adequado.

Nos locais de troca e venda de pneus, deverão contar com uma estrutura mínima para o recebimento e armazenamento dos resíduos, sendo que todas as precauções necessárias deverão ser tomadas em todas as etapas de manejo do resíduo, conforme especificam as normas e legislações vigentes.

Com respaldo da Resolução CONAMA nº 258/1999, cujas empresas fabricantes e importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final aos pneus inservíveis, recomenda-se que o recebimento dos resíduos de pneus seja realizado no comércio de distribuidores e revendedores de pneumáticos. Os moradores da zona rural, assim como os moradores da área urbana que eventualmente produzirem esse tipo de resíduo, deverão encaminhá-

los ao comércio de distribuidores e revendedores de pneumáticos, que atuarão como pontos de coleta, mais próximos as suas residências.

Recomenda-se que a Prefeitura Municipal identifique empresas fabricante ou importadoras de pneumáticos atuantes no município e proponha um convênio para a coleta e destinação adequadas dos pneus.

#### **8.1.9. ÓLEO DE COZINHA**

Recomenda-se que a Prefeitura Municipal realize uma campanha de sensibilização visando à redução, reutilização quando possível. a destinação final para óleo de cozinha é a reciclagem, podendo ser utilizada como matéria-prima para a fabricação de sabões.

Sugere-se que sejam estipulados como pontos de coleta as escolas do município, dessa forma a parcela da população não tem interesse em fazer a reciclagem do óleo de cozinha na fabricação de sabões terão a opção para o correto destino final de seu resíduo.

Além dos benefícios ambientais, pode gerar recurso financeiro resultante da comercialização do óleo coletado poderá ser investido em melhorias nas próprias escolas.

#### **8.1.10. EMBALAGENS AGROTÓXICOS**

De acordo com a prefeitura Municipal, os agricultores estão conscientes da necessidade do recolhimento das embalagens de agrotóxicos. São informados que devem levar os frascos e embalagens ao local que foi comprado, ou então aguardar a data prevista no calendário para recolhimento do mesmo, pela secretaria de Agricultura. Muitas vezes estas embalagens são reutilizadas, queimadas ou destinadas a valas impróprias para sua degradação. Estes meios incorretos de destinação final deste tipo de embalagens acarretam em efeitos nocivos não só ao



solo e as águas subterrâneas e superficiais, que geralmente são utilizadas pela comunidade rural, mas também provocam sérias consequências na saúde da população.

Para contornar os problemas de destinação final das embalagens de agrotóxicos foi implantada, pelo Governo Federal, a lei n. 9.974 de 6 de junho de 2000, onde em seu decreto n. 3.550 de julho de 2000 “DETERMINA O DESTINO DAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS”:

"Art. 33-C. Os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias, e respectivas tampas, dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, observadas as instruções estabelecidas nos rótulos e bulas, no prazo de até um ano, contado da data de sua compra."

"Art. 33-D. Os estabelecimentos comerciais deverão dispor de instalações adequadas devidamente dimensionadas para recebimento e armazenamento das embalagens vazias devolvidas pelos usuários, até que sejam recolhidas pelas respectivas empresas produtoras e comercializadoras, responsáveis pela destinação final destas embalagens."

Conforme informações obtidas junto a Prefeitura Municipal, por se tratar de uma matéria em que as legislações estaduais e federal vêm atuando de forma consistente, através de programas de orientação e fiscalização, as embalagens de agrotóxicos já vem sendo encaminhadas de maneira correta aos distribuidores de defensivos agrícolas, e a estes cabe o encaminhamento aos centros de coleta e reciclagem.

Por tanto para esse grupo de resíduos, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Agricultura deverá promover a orientação, conforme, citada anteriormente neste documento, e fiscalização dessas ações, a fim de garantir a continuação e a melhoria constante desse programa.

#### **8.1.11. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Entulho é o conjunto de fragmentos ou restos da construção civil, provenientes de reformas, ou demolição de estruturas (prédios, residências, pontes, etc.).

O entulho de construção compõe-se de restos (concretos e argamassas, ou seja, aqueles que contêm cimento, cal, areia e brita) e fragmentos de materiais (elementos pré-moldados, como materiais cerâmicos, blocos de concreto, e outros), enquanto que os entulhos de demolições são formados apenas por fragmentos.

Os resíduos oriundos das atividades de construção e demolição são responsáveis por alguns dos maiores problemas ambientais enfrentados pelas cidades:

- ❖ assoreamento dos rios e córregos;
- ❖ degradação das áreas de manancial e de proteção permanente;
- ❖ proliferação de agentes transmissores de doenças;
- ❖ obstrução dos sistemas de drenagem (sarjetas e galerias);
- ❖ poluição atmosférica ligada ao transporte;
- ❖ contaminação dos solos (devido a infiltrações causadas pelos lixões);
- ❖ maiores gastos públicos com transporte e a disposição final.

Quanto à reciclagem o entulho municipal normalmente apresenta muita contaminação (solo, matéria orgânica, plásticos, e outros), enquanto que o entulho reciclado no próprio local da obra permite uma segregação do material reciclável.

Na construção, a reciclagem do entulho, tem como destino peças não estruturais, pois geralmente o entulho não apresenta características de homogeneidade de resistência e de outras propriedades para ser usado em concretos estruturais, por ter origem variada.

As soluções para a gestão dos Resíduos da Construção Civil - RCC, nas cidades, devem integrar os seguintes agentes, com suas responsabilidades:

- ❖ Órgão Público Municipal: responsável pelo controle e a fiscalização sobre o transporte e a destinação dos resíduos;
- ❖ Geradores de Resíduos: responsáveis pela observância dos padrões previstos na legislação, fazendo sua gestão interna e externa;
- ❖ Transportadores: responsáveis pela destinação aos locais licenciados e a apresentação do comprovante da destinação.

A legislação aplicada aos Resíduos da Construção Civil estão descritas abaixo:

Leis Federais:

- Lei Federal 9.605/1998 é a Lei dos Crimes Ambientais, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Lei Federal 10.257/2001, Estatuto das Cidades, que determina novas e importantes diretrizes para o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos no Brasil, prevendo a necessidade de proteção e preservação do meio ambiente natural e construído, com uma justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes da urbanização.
- Lei Federal 12.305/2010, Política Nacional dos Resíduos Sólidos – dentre outros aspectos estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto (fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos). Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos.

Resoluções:

- Resolução 275/2001: o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos a ser adotado na identificação de coletores e transportadores.
- Resolução 307/2002: o mesmo CONAMA define responsabilidades e deveres tornando obrigatória em todos os municípios a implantação de Planos Integrados de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil.

Normas Técnicas:

- NBR 14.728/2005: Caçamba estacionária de aplicação múltipla operada por poliguindaste – Requisitos de construção.
- NBR 15.112/2004: Resíduos de construção civil e resíduos volumosos – Áreas de transbordo e triagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação.
- NBR 15.113/2004: Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes – Aterros Diretrizes para projeto, implantação e operação”.
- NBR 15.114/2004: Resíduos sólidos da construção civil – áreas de reciclagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação.
- NBR 15.115/2004: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil- Execução de camadas de pavimentação - Procedimentos.
- NBR 15.116/2004: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil- Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos.

A Resolução do CONAMA 307/2002, classifica os resíduos da construção civil são classificados da seguinte forma:

Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: materiais cerâmicas (tijolos, azulejos, blocos, telhas, placas de revestimento...etc) argamassa e concreto.

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc..) produzidos nos canteiros de obras.

Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

Ainda de acordo com a legislação do CONAMA, os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final. Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos, e em áreas protegidas por Lei.

É instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pelos Municípios.

Recomenda-se que o Município, mesmo sendo de pequeno porte e não apresentado expressividade no setor da construção civil, promova a implantação de um programa de gerenciamento para os resíduos da construção civil, conforme a legislação citada anteriormente estabelece.

O processo de reciclagem dos entulhos provenientes da construção civil consiste basicamente, na segregação dos materiais, classificação e encaminhamento as disposições finais adequadas. Como por exemplo:

- ❖ Resíduos de demolição constituídos por resto de tijolos, pedras, blocos, etc. poderão ser utilizados como pavimentação de vias, controle de áreas erosivas, dentre outras.
- ❖ Os resíduos recicláveis do tipo: plásticos, papéis, metais, madeira, e vidros deverão ser encaminhados à reciclagem.
- ❖ Os resíduos do tipo: resíduos de tintas, solventes, agregados industriais, são considerados resíduos industriais, deverão ser separados e encaminhados a Aterros Industriais.

O Quadro 23 apresenta um resumo das ações para o gerenciamento de resíduos sólidos que devem ser implantadas no município de União do Oeste.

**Quadro 23:** Resumo das ações para o gerenciamento dos resíduos sólidos

TIPO RESÍDUO	PLANO DE GERENCIAMENTO				
	AÇÕES	COLETA	TRANSPORTE	DESTINAÇÃO FINAL	RESPONSABILIDADE
<b>RESÍDUOS DOMÉSTICOS</b>	- Implantação de programa de Sensibilização Ambiental; - Implantação do programa de Coleta Seletiva; - implantação de programa de incentivo à compostagem caseira dos resíduos orgânicos; - Disponibilização de recipientes para separação de recicláveis;	- Veículo compactador terceirizado;  - Veículo caçamba;  - Equipe de coleta.	- Veículo compactador;   - Caminhão caçamba para recicláveis	- Aterro Sanitário   - Reciclagem	Prefeitura Municipal / Empresa Terceirizada
<b>RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE</b>	- Exigência de elaboração de Plano de Gerenciamento de resíduos de Saúde;	- Empresa especializada.	- Empresa especializada	- Empresa especializada	Gerador
<b>RESÍDUOS INDUSTRIAIS</b>	- Exigência de elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;	- Empresa especializada de acordo com a classificação dos resíduos.	- Empresa especializada de acordo com a classificação dos resíduos	- Empresa especializada de acordo com a classificação dos resíduos	Gerador
<b>RESÍDUOS DE PILHAS E BATERIAS</b>	- Implantação de pontos para coleta seletiva; - Orientação à população através da implantação de Programa de Sensibilização Ambiental;	- Pontos específicos de coleta.	- Empresa especializada	- Empresa especializada	Prefeitura Municipal/ Empresa Terceirizada

Continua...

**Quadro 23:** Resumo das ações para o gerenciamento dos resíduos sólidos (continuação).

TIPO RESÍDUO	PLANO DE GERENCIAMENTO				
	AÇÕES	COLETA	TRANSPORTE	DESTINAÇÃO FINAL	RESPONSABILIDADE
<b>RESÍDUOS PNEUMÁTICOS</b>	- Orientação à população através da Implantação de Programa de Sensibilização Ambiental;	NA	NA	NA	Prefeitura Municipal/Empresa Terceirizada
<b>RESÍDUOS DE LÂMPADAS FLUORESCENTES</b>	- Implantação de pontos de coleta; - Orientação à população através da implantação de Programa de Sensibilização Ambiental;	- Gerador; - Pontos específicos de coleta.	- Empresa especializada	- Empresa especializada	Gerador, Prefeitura Municipal
<b>EMBALAGENS DE AGROTOXICOS</b>	- Orientação à população através da implantação de Programa de Sensibilização Ambiental; - Fiscalização quanto ao correto manuseio dos resíduos	- Pontos de recebimento, Gerador.	- Organização especializada	- Empresa especializada	Gerador
<b>RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	- Implantação de Programa de coleta, separação e reciclagem; - Encaminhamento dos resíduos classificados como perigos para Aterro Industrial – Classe I	- Contêineres.	- Caminhão guindaste	- Reciclagem - Aterro Industrial Classe I	Gerador



## **9. PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

### **9.1. INTRODUÇÃO**

A sociedade vem se defrontando com um problema que afeta o mundo em sua totalidade que é a degradação do meio ambiente e a exaustão dos recursos naturais. O crescimento econômico está em desequilíbrio com a proteção do meio ambiente, sendo assim os esforços para mudar tal situação são válidos, a partir do momento em que se estuda a possibilidade de um modelo sustentável de desenvolvimento.

Segundo Souza (2005) o desenvolvimento sustentável surge para integrar o processo de crescimento econômico mundial fundamentado na preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.” A produção de bens deve, a partir deste momento, se preocupar em alocar, eficazmente, os recursos necessários para que não haja a sua exaustão no futuro.

Atualmente o desenvolvimento sustentável é de grande importância para a sociedade como um todo, pois, além de se preocupar com os recursos naturais para as gerações futuras, se preocupa com a qualidade de vida do presente, gerenciando e direcionando os processos produtivos para que sigam o que o modelo de desenvolvimento propõe (SOUSA, 2005).

Neste sentido, verifica-se a necessidade de executar ações e políticas públicas e privadas, tendo em vista o desenvolvimento sustentável em todo o planeta, por meio de medidas como: tecnologia não exaustora do meio ambiente, fomentação de escolhas sustentáveis e estímulo à pesquisa nesse campo, assim como o gerenciamento racional dos recursos naturais, incentivo de parcerias entre todos os segmentos da sociedade. Portanto, imperativo se faz que a sociedade recorra à pesquisa científica e tecnológica para assistir o almejado desenvolvimento sustentável (SOUSA, 2005).

Neste mesmo contexto a gestão dos resíduos sólidos e a reciclagem surgem como alternativa importante para a implementação do desenvolvimento sustentável, já que visa o reaproveitamento dos resíduos que virariam lixo e prejudicariam o ecossistema. O crescente cuidado com a quantia de resíduos gerados e o acréscimo do custo da matéria-prima, coligados ao desenvolvimento da tecnologia, viabilizam o reaproveitamento e reciclagem do lixo, ocasionando a economia de recursos naturais e contenção do volume de material a ser organizado.

A reciclagem constitui o reaproveitamento dos materiais já utilizados anteriormente. Quando os materiais são jogados no lixo, o tempo de decomposição é incerto. O papel, por exemplo, leva, aproximadamente, três meses, já que a lignina, substância que atribui rigidez às células vegetais, não se decompõe com facilidade. Se o papel for absorvente, sua decomposição pode prolongar-se em torno de seis meses, e jornais podem demorar décadas. A decomposição de latas de aço dura em torno de dez anos, o alumínio não se decompõe, garrafas de plástico perduram para mais de 200 anos, o vidro leva até 4 mil anos para se decompor (TEIXEIRA e LEANDRO, 2005).

Neste sentido que se observa a importância da coleta seletiva de lixo, que é a separação das frações do lixo em coletores diferentes, cada parte correspondendo a um tipo de material: orgânico; papel/papelão; plástico; metal; vidro; perigoso; radioativo; hospitalar; madeira; geral – não reciclável (TEIXEIRA e LEANDRO, 2005).

A reciclagem, além de melhorar o meio ambiente, também ajuda na geração de emprego e renda para famílias e comunidades que estão sofrendo com os danos ambientais. Portanto o ato de reciclar é importante para o meio ambiente e para a economia como um todo, por diversas razões. A prática diminui o consumo de água usada na fabricação dos produtos, reduz o gasto de energia e ainda poupa a matéria-prima empregada nas embalagens, como os plásticos e derivados do petróleo, além de gerar emprego e renda.

## **9.2. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

### **9.2.1. HISTÓRICO**

A formação das organizações nos países ocidentais se deu em decorrência da Revolução Industrial, Adam Smith, em seu texto publicado *The Welth of Nations*, defendia a ideia da divisão do trabalho, no qual cada operário se tornasse um especialista para que se aumentasse o nível de produtividade.

Segundo Tachizawa (2006), a divisão do trabalho proposta por Smith obrigou a concentração dos trabalhadores em centros produtivos destinados a realização de operações mais ou menos similares e, simultaneamente, à organização dos diversos centros produtivos ao longo de uma cadeia de produção.

Após o surto industrial do século XIX e XX, estudos científicos demonstram os primeiros trabalhos sobre o efeito da poluição gerada por minas e fábricas, tratados basicamente sobre a saúde dos trabalhadores.

Começa então a surgir o modelo das Relações Humanas nas décadas de 50 e 60, quando se reconhecia a importância do homem e rejeitava a concepção do trabalhador como peça de uma máquina. A partir deste momento é que o papel do homem como conscientizador, em relação às questões ambientais ganha proporções cada vez mais crescentes (TACHIZAWA, 2006).

É nesta época que as primeiras preocupações da comunidade com a crescente degradação ambiental surgem. No entanto o movimento se restringiu a preservação da natureza, flora, fauna e animais. Ainda nesta época, fica explícita a percepção de que as mudanças climáticas, a degradação da camada de ozônio, a redução da biodiversidade, foram fatores decisivos para novos padrões da industrialização e de consumo, além dos resíduos sólidos que estas atividades geravam (TACHIZAWA, 2006).

Na década de 90, o conceito desenvolvimento sustentável se estabelece e a constatação que os sistemas naturais do planeta são limitados para absorver os

efeitos da produção e do consumo. De acordo com Tachizawa (2006) “o grande desafio empresarial com o qual os gestores defrontam-se nas organizações é a melhoria da produtividade, da mão-de-obra para melhor atender o cliente.” Para isto é preciso dar-se de forma compatível com a preservação das questões ambientais e de responsabilidade social.

### **9.3. CONCEITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Jóia e Silva (2004. p. 1) afirmam que até poucas décadas, mesmos nos grandes centros urbanos, o lixo se constituía basicamente de restos de alimentos. Com o crescimento acelerado das metrópoles e do consumo de produtos industrializados e com o surgimento dos produtos descartáveis, os resíduos sólidos aumentaram excessivamente e se diversificaram.

Os resíduos sólidos, ou seja, o lixo é um das maiores problemáticas que intimida a vida no planeta terra, pois além de degradar o solo, a água e o ar, ainda atrai animais que transmitem doenças.

Contraditoriamente das tribos primitivas que só produziam o indispensável para a sua sobrevivência, vive-se em uma sociedade altamente consumista, no qual as pessoas têm valor pela quantidade de bens que possuem. Normalmente, quem possui maior poder aquisitivo, acaba por consumir mais, produzindo mais lixo.

Os resíduos sólidos demonstram claramente a densidade demográfica e níveis de renda da população, sendo que em Estados desenvolvidos a geração per capita dos resíduos é maior que nos estados pobres. No Brasil há uma baixa geração de resíduos per capita, e com alto teor de alimentos, a coleta de resíduos é inadequada nos Estados com economia em desenvolvimento, sendo que no Brasil a disposição final dos resíduos também é inadequada, pois se utiliza do lixão como principal forma de destinação (OLIVEIRA, 2006).

Desta forma toda e qualquer atividade humana gera resíduos. Diariamente são produzidas toneladas de lixos urbanos. Essa produção desenfreada de resíduos se intensifica cada vez mais com a oferta de produtos industrializado que exigem embalagens resistentes. Como já dito antes o processo de degradação e poluição do meio ambiente se tornou mais intenso com o advento da revolução industrial, que aumentou o uso indiscriminado dos recursos naturais.

A Gestão de Resíduos Sólidos é um conjunto de práticas e procedimentos que visa à eliminação das externalidades ambientais negativas provocadas pela má destinação do lixo sólido como lata de alumínio, vidro, plástico, papelão, entre outros. Um dos maiores problemas da má destinação dos resíduos sólidos são as contaminações, por bactérias e fungos, de rios, córregos, solo, lençol freático e etc, disseminando uma vasta gama de doenças provenientes da falta de gerenciamento de tais resíduos (TACHIZAWA, 2006).

Os resíduos sólidos podem ser classificados de acordo com a sua composição, sendo que essa classificação permitira destinação adequada do lixo produzido. Para cada tipo de resíduos existe um destino e um tratamento diferente. Os resíduos sólidos são aqueles que são produzidos em um aglomerado urbano, exceto resíduos industriais, da área da saúde, sendo os resíduos domiciliares, públicos e comerciais. “Já resíduos dos serviços de saúde compõe-se dos resíduos provenientes dos hospitais, centros cirúrgicos, ambulatórios, postos médicos e odontológicos, clínicas, farmácias e laboratórios” (OLIVEIRA, 2006).

Estes merecem tratamento exclusivo e adequado, pois se mal acondicionado pode colocar a vida das pessoas em perigo, no que diz respeito à contaminação e proliferação de doenças. Os resíduos industriais são aqueles decorrentes do processo produtivo das industriais, que também merecem destinação adequada, pois pode causar danos ao meio ambiente e em consequência disso, às pessoas e os demais seres vivos, tem-se como exemplo de indústria que gera resíduos o setor químico (TACHIZAWA, 2006).

Os locais onde esses resíduos são despejados são chamados, tecnicamente, de aterros, aterros sanitários, aterro controlado, lixões, e vazadouros, vale ressaltar que existem diferenças entre os locais. O aterro é a disposição ou aterramento do lixo acima do solo. Já o aterro sanitário é um processo empregado para a acomodação de resíduos sólidos no solo, particularmente, lixo domiciliar que baseado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, possibilita a confinamento seguro em termos de controle de poluição ambiental, proteção à saúde pública (TACHIZAWA, 2006).

De acordo com Motta (2002) o lixão, que normalmente é encontrado nas cidades, é um local, no qual há uma imprópria disposição final de resíduos sólidos, que se distingue pela simples descarga sobre o solo sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública.

É o mesmo que despejo de resíduos a céu aberto sem levar em consideração:

- A área em que está sendo feita a descarga;
- O escoamento de líquidos formados, que percolados, podem contaminar as águas superficiais e subterrâneas;
- A liberação de gases, principalmente o gás metano que é combustível;
- O espalhamento de lixo, como papéis e plásticos, pela redondeza, por ação do vento;
- A possibilidade de criação de animais como porcos, galinhas, etc. nas proximidades ou no local.

A gestão dos resíduos sólidos atua de forma a melhor conduzir programas que visem o aprimoramento de técnicas para o melhor acondicionamento de todos os tipos de lixos produzidos pelas atividades dos seres humanos, tendo como objetivo principal a preservação do meio ambiente. Conforme Fritsch (2000):

A Constituição Federal de 1988 foi um marco no que se refere à proteção do meio ambiente no Brasil. O artigo 23 da constituição determina ser de competência

comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios a manutenção da qualidade ambiental.

Os benefícios ecológicos derivados de se reutilizar materiais desperdiçados vão para além de uma boa gestão de recursos, a reciclagem por exemplo é super vantajosa. É mais barato reciclar do que fabricar um produto novo; gastamos menos matéria-prima (árvores e petróleo), menos energia e menos água; para reciclar é necessário mais mão-de-obra, logo a reciclagem cria postos de trabalho; reciclando diminuimos a quantidade de lixo nos aterros o que contribui para a não contaminação da água, solos, ar e aumenta o tempo de vida útil dos aterros – Obviamente menos poluição!

#### **9.4. COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

A necessidade de estabelecer procedimentos mínimos para o gerenciamento dos resíduos, com vista a preservar e a minimizar os danos ambientais, como a saúde pública e a qualidade do meio ambiente são atribuídas na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº5 de 05 de agosto de 1993, que possui a definição técnica de resíduos sólidos conforme a Norma Brasileira de Resíduos Sólidos 10.004 (NBR, 2004) que classifica os resíduos sólidos como: “resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição.”

O Sistema de coleta seletiva é o procedimento de separação e recolhimento dos resíduos segundo sua composição: Orgânico, Reciclável e Rejeito. Os vasilhames (vidro, lata e plástico) devem ser enxaguados após o uso. Assim, evita-se o surgimento de cheiro e o aparecimento de animais, aumentando o valor de revenda. Os papéis deverão estar secos e de preferência não amassados, pois ocupam menos espaço e têm mais valor.

A forma mais utilizada de coleta seletiva é a distribuição de recipientes para cada tipo de resíduos, conforme Quadro 24, abaixo:

**Quadro 24:** Distribuição de cores dos recipientes conforme o tipo de resíduo a ser coletado

TIPO DE RESÍDUO	COR DO RECIPIENTE
Papel	Azul
Vidro	Verde
Metal	Amarelo
Plástico	Vermelho
Madeira	Preto
Resíduos Perigosos	Laranja
Resíduos Ambulatoriais e de Serviço de Saúde	Branco
Resíduos Radioativos	Roxo
Resíduos Orgânicos	Marrom
Resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não possível de separação	Cinza

Fonte: <http://www.ecologiaonline.com>

As latas, além de limpas, deverão ter as tampas pressionadas para dentro e os materiais cortantes, como vidro quebrado e outros, devem ser embalados em papéis grossos (jornal, por exemplo) para evitar cortes dos coletores e demais acidentes. Este sistema de separação traz mais vantagens para o processo de reciclagem, pois melhoram a qualidade dos materiais, evitando-se a mistura de componentes diferentes no lixo que podem tornar muitos materiais potencialmente



recicláveis inúteis, sendo os mesmos descartados e virando lixo pela atitude mal pensada do gerador.

Outra vantagem seria geração de menor quantidade de rejeitos, também necessitaria de menos área de instalação das usinas, facilitaria o controle de impactos ambientais e também proporcionam menos gastos com a instalação e equipamentos de separação, lavagem e secagem.

A atitude de separar o lixo pode ser na própria fonte geradora, no entanto cooperativas de catadores usam a coleta seletiva para garantir um complemento na renda mensal. O recolhimento desse material é realizado por caminhões ou catadores.

#### **9.5. RECICLAGEM**

Embora o termo reciclagem pareça um conceito moderno que foi levantado primeiramente pelos movimentos ambientalistas da década de 70, a mesma já perdura por milhares de anos. Ao longo dos séculos o meio ambiente tem certa capacidade em se reciclar, no entanto esse processo acontece apenas nos recursos renováveis, cabendo ao homem administrar de forma eficaz a utilização dos recursos exauríveis de uma forma a não extingui-lo (FRITSCH 2000).

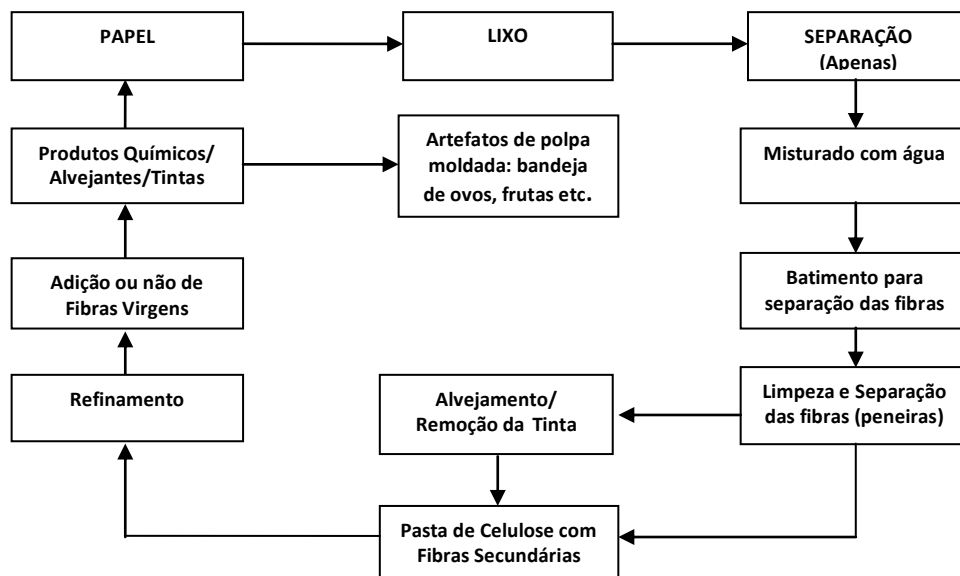
As primeiras preocupações com a reciclagem são datadas desde a década de 30 e 40, começando pelas sociedades de todos os lugares do mundo. A conjuntura econômica, que vinha de fortes depressões fez com que a reciclagem de produtos se torna uma prática necessária para que as pessoas pudessem sobreviver, já que não tinham como consumir por novos bens. A década de 40 foi marcada pela racionalização de materiais como náilon, borracha e diversos metais, pois precisavam dar suporte para guerra (FRITSCH 2000).

Entretanto, com a explosão da economia no pós-guerra, a racionalização e reciclagem de alguns produtos foram sendo esquecidas, já que as pessoas podiam comprar novos bens. No entanto na década de 70, com os movimentos

ambientalistas a reciclagem voltou á tona, trazendo a consciência de que reutilizar produtos é preciso. O sucesso da reciclagem se deve à aceitação do grande público, ao crescimento da economia da reciclagem e às leis que exigem coletas recicladas ou forcem o conteúdo reciclado em determinados processos de manufatura.

Nos anos 90 os movimentos em prol da reciclagem aumentaram significativamente, pois foi um momento em que o mercado estava preocupado com as questões ambientais. Inicia-se, neste momento uma corrida para a gestão dos recursos naturais baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável, onde organizações não governamentais – ONG’s contribuem para a conscientização da população sobre assuntos concernentes às questões ambientais (FRITSCH 2000).

Segundo Pereira (2000) a reciclagem já é utilizada no Brasil e em várias partes do mundo pelas indústrias de transformação, no qual um programa bem conduzido tende a desenvolver na população uma nova mentalidade sobre questões que envolvem a economia e a preservação ambiental. Neste sentido o processo de reciclagem é ilustrado na Figura 20:



**Figura 20:** Processo de Reciclagem

Fonte: <http://ambiente.hsw.uol.com.br/reciclagem-papel2.htm>

O Brasil, neste processo de conscientização e busca contínua em preservar o meio ambiente, vem se tornando um dos países que mais reutilizam materiais, sendo que está entre os maiores que reciclam metais como alumínio.

O Brasil é hoje uma referência mundial em termos de reciclagem. Atualmente, o país é recordista na transformação de latas de alumínio e apresenta índices elevados de reciclagem de vários tipos de embalagem, principalmente se levarmos em consideração o fato desse processo não ser obrigatório por lei como acontece em outros grandes países recicladores.

#### **9.6. CONCEITO DE RECICLAGEM**

A reciclagem é um processo de reaproveitamento de metais, plásticos, papéis, vidros, ou qualquer outro material orgânico ou inorgânico, recuperando-o ou retransformando-o para aproveitamento ou novo uso. O processo pode ser industrial ou artesanal. Caso não sejam reaproveitados, esses materiais, normalmente tratados como lixos ou dejetos, tendem a causar sérios problemas ambientais.

A palavra reciclagem difundiu-se na mídia a partir do momento em que foi constatado que as fontes de petróleo e de outras matérias-primas não renováveis estavam se esgotando rapidamente, e que havia falta de espaço para disposição de lixo e de outros dejetos na natureza. A expressão vem do inglês *recycle* (*re* = repetir, e *cycle* = ciclo).

Em tese, o processo de reciclagem deveria permitir o contínuo reuso de materiais para o mesmo propósito. Na prática, em boa parte dos casos, a reciclagem aumenta o tempo de vida útil de um material, porém de forma menos versátil.

A reciclagem pode prolongar a vida de um material dando-lhe um novo uso, por exemplo, ao transformar artesanalmente produtos considerados como lixo em

artigos de uso cotidiano ou de adorno. A grosso modo, grande parte do lixo que é gerado, no campo ou nas cidades, pode ser reciclado e voltar novamente para a cadeia de consumo e uso.

De acordo com Remédio e Zanin (1999), a reciclagem de materiais pode ser definida como o processo através do qual os constituintes de um determinado corpo ou objeto passam, num momento posterior, a ser componentes de outro corpo ou objeto, semelhante ou não ao anterior. Neste sentido, trata-se de um fenômeno de larga ocorrência no ambiente natural, e imprescindível para a manutenção da vida como se apresenta na terra. Na maioria das vezes, tal processo é denominado apenas com ciclagem, embora o prefixo re- enfatize seu caráter recorrente.

Segundo Jardim (1995), o ato de reciclar, isto é, refazer o ciclo, permitir trazer de volta à origem, sob forma de matérias-primas, aqueles materiais que não se degradam facilmente e que podem ser reprocessados, mantendo suas características básicas. A reciclagem não deve ser confundida, portanto, com os processos químicos e físicos de tratamento que recuperam materiais e frações dos resíduos (VALLE, 2000 p. 74).

A reciclagem é uma técnica que consiste na retomada do ciclo inicial de um determinado produto, sendo que este passa por todo o processo já passando antes. O ato de reciclar possibilita que um produto acabado volte ao seu estado inicial de matéria-prima, para novamente se tornar um produto acabado. No entanto o conceito de reciclagem não se resume somente às questões ambientais, podendo ser aplicado em outras áreas distintas.

## **9.7. OBJETIVOS DO PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

### **9.7.1. GERAL**

Despertar na população envolvida a adoção de um padrão de comportamento de proteção, conservação e preservação ambiental, a partir da sua realidade social e, a partir do seu cotidiano, onde possam praticar ações que contribuam para a solução dos problemas ambientais de suas comunidades.

### **9.7.2. ESPECÍFICOS**

- a) proporcionar às crianças a compreensão da inter-relação dos problemas ambientais com os aspectos ecológicos, histórico-culturais, político-sociais, econômicos e éticos;
- c) possibilitar à população a aquisição do conhecimento através da análise, reflexão e crítica da realidade;
- d) desenvolver ações de sensibilização objetivando elevar a autoestima para construir um trabalho coletivo eficaz e criativo na interação com os demais e com o meio;
- e) implementar ações conjuntas que mobilizem as comunidades na busca de soluções aos problemas socioambientais existentes;
- f) auxiliar na revelação de um mundo centrado no respeito aos direitos humanos entendido enquanto direitos das comunidades dos seres a partir da Carta da Terra.
- g) Construir uma rede de multiplicadores ambientais junto as comunidades escolares.

## **9.8. METODOLOGIA PARA A IMPLANTAÇÃO DO PLANO**

### **9.8.1. ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE**

Deverá ser elaborada campanha para sensibilização e motivação da comunidade.

Deverão ser desenvolvidas campanhas educativas nas Escolas Municipais e Estaduais e também informativo Municipal via Rádio. As campanhas tem cunho informativo e de sensibilização, por tanto será apresentado a situação atual do município, as novas recomendações que como proceder diante da coleta e destinação de resíduos, bem como levantar situações que os munícipes sintam dificuldades e necessidade. Para isso podem ser utilizadas atividades práticas, e dinâmicas de apropriação para atingir os objetivos propostos.

Posteriormente a orientação a todos as comunidades, deverá ser organizado a cada três meses novos encontros, proporcionando a constante informação e apresentando os resultados do que vem sendo feito como melhorias.

Além disso, pode-se organizar eventos específicos envolvendo estes moradores na preservação e no uso sustentável desses recursos, através do levantamento do que existe em sua propriedade, da realização de trilhas ecológicas, mutirões de revitalização de áreas, limpeza de córregos, shows ambientais, plantio de árvores, embelezamento de jardins, eventos esportivos como corridas ciclísticas, corridas de rua, caminhadas orientadas, ruas de lazer, com o intuito de promover qualidade de vida à população.

Para essas atividades é necessário o permanente monitoramento, por isso se faz necessário que um profissional da área ambiental esteja sempre disponível para orientações às comunidades.

### **9.8.2. PROJETO NAS ESCOLAS**

Cada escola, do município deverá receber atividades de educação ambiental para sensibilização. Podem ser utilizadas técnicas como trilha perceptiva, muro das lamentações, imagem e ação, teatro, plantio de árvores, implantação de horta, criação de trilha, entre outras atividades. Todas as atividades tem a incumbência de sensibilizar os alunos para práticas de educação ambiental.

Além disso, os professores do município serão capacitados para desenvolver boas práticas de educação ambiental com seus alunos.

Cada escola deverá ter um grupo de educação ambiental na qual todos os alunos deverão ser também capacitados com as orientações do Plano de gerenciamento de resíduos.

### **9.8.3. MONITORES AMBIENTAIS**

Além de todos os alunos receberem capacitações, serão selecionados no município quarenta alunos entre 12 a 16 anos que receberão capacitações específicas para atuarem em suas escolas como monitores ambientais. As escolas serão responsáveis pela escolha dos representantes da sua instituição.

Esse grupo deverá reunir-se um dia por semana para capacitação de 3h durante 3 meses. Cada monitor ambiental deverá ter uma identificação própria que, o diferenciará dos demais.

O projeto, através da formação de monitores ambientais, elegendo a ação educativa por módulos como diretriz para o trabalho de proteção, conservação e preservação ambiental transmitindo informações sobre:

a) **Ética e Cidadania:** conhecimento sobre cidadania, ética, saúde, pluralidade cultural, trabalho e consumo, exclusão e desigualdade social, contribuindo desta forma, para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades;

b) **Ecosistemas:** a importância dos recursos naturais: desde o ar que respiramos, a água que bebemos; nossa relação com os demais seres vivos, a necessidade de preservação das espécies e dos recursos naturais, a pesca predatória; a supressão da mata ciliar;

c) **Sustentabilidade:** a proteção ambiental: a destinação adequada para os resíduos sólidos; a construção irregular nas margens do rio; problemas causados pelo lançamento de esgotos sem tratamentos; entre outros.

#### **9.8.4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS AGENTES DE COMUNICAÇÃO**

Para que a educação seja efetivada em todos os níveis formal e informal é necessário contar com o apoio da mídia para que a informação chegue até a população. Por tanto é necessário veiculação de campanha da coleta seletiva em rádio, tv, jornal, internet, outdoor e cartazes, buscando a adequação do município para o meio de comunicação que melhor atinge o público alvo.

Para evitar a distribuição de folders, sugere-se a confecção de imãs de geladeira constando as datas que o caminhão do lixo orgânico e da coleta seletiva passará no município.

Também atualmente com a utilização das redes sociais, é necessário fazer uma campanha utilizando essas ferramentas de informação, com páginas específicas de disseminação de conhecimento.

#### **9.8.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÓRGÃOS PÚBLICOS**

Nos órgãos da administração pública será necessária a implantação do programa do Ministério do Meio ambiente, chamado A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública) para desenvolver ações de gestão ambiental. Além disso, todos funcionários públicos do município devem ser capacitados em atividades específicas para o bom andamento do plano de resíduos.



#### **9.8.6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ENTIDADES PRIVADAS**

Serão realizadas palestras aos colaboradores das entidades privadas, incentivando que a entidade também adote posturas ambientais. Será entrado em contato com cada empresa para agendamento das palestras de sensibilização e motivado que a comunidade se engaje no projeto.

#### **9.9. EQUIPE DE PROFISSIONAIS E VOLUNTÁRIOS**

Para realização dessas atividades deverá ter pelo menos quatro (04) profissionais.

Os profissionais e voluntários que formarão a equipe de educação ambiental, preferencialmente, deverão ser selecionados e reunidos com um prazo de antecedência de, no mínimo, quinze (15) dias ao lançamento do projeto.

## **10. MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

O Plano de Monitoramento consiste em um sistema de controle através de medições e registros, realizados de forma sistemática e regular, durante a fase de implantação do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PMGIRS, devendo posteriormente se tornar um sistema de controle permanente, visando além do controle propriamente dito, uma forma de constante avaliação e melhoria.

O Plano de Monitoramento deve contemplar a eficácia das ações propostas para o gerenciamento dos resíduos, sua eficiência sanitária e ambiental e do sistema como um todo, possibilitando a verificação de eventuais falhas e/ou deficiências e a implementação de medidas corretivas visando a melhoria do sistema.

Para avaliar a eficiência do PMGIRS devem ser previstos no mínimo:

- Controle de pesagem dos resíduos sólidos urbanos coletados pelo serviço de coleta convencional, devendo ser efetuado em todas as coletas realizadas e os pesos devidamente anotados em planilha conforme modelo em anexo.
- Controle dos materiais recicláveis coletados pela coleta seletiva e encaminhados a Central de Triagem, deverá ser efetuado através de pesagem no momento da coleta, dessa forma será possível quantificar os materiais recicláveis efetivamente separados nas residências. Após a classificação e preparação do material reciclável para o encaminhamento à reciclagem também deverá ser feito o registro qualitativo e quantitativo (conforme planilhas em anexo). Essas ações possibilitarão a correta avaliação da eficiência do PMGIRS e do Programa de Sensibilização, assim como também direcionar as campanhas às áreas que apresentarem maior necessidade.

- Para os resíduos em que os geradores têm a responsabilidade de dar o tratamento e destinação final (Resíduos de Serviço de Saúde, Resíduos Industriais e Resíduos da Construção Civil) a Prefeitura Municipal, através de suas secretarias e departamentos competentes deverá implantar um sistema de orientação e fiscalização.
- Para os resíduos de pilhas e baterias, assim como também de lâmpadas fluorescentes, que ficaram nesse plano acordados como responsabilidade da Prefeitura Municipal dar suporte para a coleta e encaminhamento ao destino final adequado, esta, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente deverá efetuar um controle com o registro qualitativo e quantitativo dos resíduos coletados e encaminhados à destinação final, através da documentação fornecida pela empresa especializada a ser contratada para tal função.
- Para os resíduos de pneumático, a Prefeitura Municipal, através da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, juntamente com a Secretaria e Agricultura e Meio Ambiente, deverá implantar um sistema de orientação e fiscalização.
- Para os resíduos de óleos e graxas a Prefeitura Municipal, deverá implantar um sistema de orientação e fiscalização, assim como também, manter um controle quantitativo do encaminhamento realizado pelos geradores, para o rerrefino e/ou destinação final. A coleta e destinação ficará a encargo de empresa privada/contratada pelos locais de recolhimento (postos de gasolina e lavagem).
- Para os resíduos de óleo de cozinha a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, deverá implantar um sistema de orientação e fiscalização, assim como também, manter um controle quantitativo do encaminhamento realizado pelos pontos de coleta para reciclagem. O Ponto de coleta definido será a própria Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

- Para as embalagens de agrotóxicos, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente juntamente com a Cooperalfa, deverá implantar um sistema de orientação e fiscalização, assim como também, manter um controle quantitativo do encaminhamento realizado pelos pontos de coleta (distribuidores), para reciclagem;

- Os resíduos da construção civil, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, deverá implantar um sistema de orientação e fiscalização, assim como também, manter um controle quantitativo do encaminhamento para reciclagem.

O presente plano de monitoramento tem como objetivo o controle, através do registro qualitativo e quantitativo dos resíduos gerados pelo município de União do Oeste, assim como também o controle do encaminhamento ao tratamento, reciclagem e destinação final, possibilitando assim, a realização periódica do presente Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos a ser implantado pelo município.

A avaliação geral do PMGIRS deverá ser efetuada anualmente, através da compilação dos dados relativos ao monitoramento realizado nos diversos setores geradores de resíduos. Para tal, a Prefeitura Municipal, através de suas secretarias e departamentos envolvidos no monitoramento, deverá agrupar os dados, conforme planilha em anexo, e elaborar relatório apontando as ações de melhoria a serem adotadas.

## **11. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A avaliação geral do PMGIRS deverá ser efetuada anualmente, através da compilação dos dados relativos ao monitoramento realizado nos diversos setores geradores de resíduos. Para tal, a Prefeitura Municipal, através de suas secretarias e departamentos envolvidos no monitoramento, deverá agrupar os dados, conforme planilha em anexo, e elaborar relatório apontando as ações de melhoria a serem adotadas.

A Prefeitura Municipal pode definir, juntamente com os munícipes, os prazos adequados para a execução das ações, dividindo os prazos em imediato, curto, médio e longo, bem como a prioridade das ações propostas.

A curto e médio prazo propõe-se que os municípios participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, façam um estudo detalhado dos custos e viabilidade para implantação de uma Central de Triagem de Resíduos Recicláveis como também a implantação de um Aterro Sanitário Consorciado entre os municípios, como uma forma de se reduzir custos com coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos, visto que atualmente os dez municípios que optaram por elaborar o PMGIRS via CVC possuem um gasto elevado, conforme anteriormente mostrado.

Para que o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos do município de União do Oeste seja eficaz, sugere-se que sejam elaborados os Planos de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde (PGRSS) e o Plano dos Resíduos da Construção Civil (PRCC), ambos mais detalhados, como uma sequência desse plano.

## 12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.004. Resíduos Sólidos – Classificação**. Rio de Janeiro, 1987. Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Brasil. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 30 de março de 2010.

ATLAS de Santa Catarina, 1991.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)**. Lei nº 9.795 de abril de 1999.

CASTILHOS JR, A. B. (coord.), **Resíduos Sólidos Urbanos: Aterro Sustentável para Municípios de Pequeno Porte**. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

CASTILHOS JR, A. B. (coord.), **Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos com Ênfase na Prevenção dos Corpos d' Água**. Rio de Janeiro: ABES, 2006.

CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA. **Obras e serviços prestados**. <http://www.continentalobras.com.br/cms/index.php>

Decreto 7404 de 23 de dezembro de 2010 – **Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm)>. Acesso em: 01 de março de 2013.

FRITSCH, I. E. **Resíduos Sólidos e seus aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais**. Porto Alegre, p.143. EU/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

HAMADA J. IWAI C. K., GIACHETI. H. L. **Destinação do Chorume de Aterros Controlados**. São Paulo, 2008.

ILPES – Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social. **Guía para la preparación, evaluación y gestión de proyectos de residuos sólidos domiciliarios**. OPAS/ILPES, 1998. 473 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **População**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel.php?codmun=420543#>. Acesso em: 04 de Abril de 2013.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 04 de Abril de 2013.

JARDIM, N. S. et al. **Lixo Municipal: Manual de gerenciamento integrado**. 1.ed. São Paulo. Instituto de Pesquisas Tecnológicas: CEMPRE, 1995. 278 p.

JÓIA, P. R. SILVA, M. S. F. **Sistema de coleta seletiva dos resíduos sólidos domiciliares produzidos na cidade de Aquidauana**. IV Simpósio Sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal. Mato grosso do Sul, 2004.

Lei 11.445, de 5 de Janeiro de 2007 – **Política Nacional de Saneamento Básico**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em: 01 de mar de 2013.

Lei 12.305 de 23 de dezembro de 2010 – **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm)>. Acesso em: 01 de mar de 2013.

Lei 9.974, de 6 de junho de 2000 - **Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos, e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9974.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9974.htm) Acesso em: 2 de Abril de 2013.

LIMA, J. D. **Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. Campina Grande – PB: ABES, 2001.

MAPA INTERATIVO DE SANTA CATARINA. Disponível em:

<<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>>. Acesso em: 16 de julho de 2010.

MOTTA, M. **Resíduos sólidos: definição e características** Revista Gerenciamento Ambiental, Ano 4, Nº 19, Março / Abril 2002.

OLIVEIRA, A. P. B. Projeto **gerenciamento de resíduos sólidos na comunidade** Jocum. (Trabalho de Conclusão de Curso). Porto velho, 2006.

PMSB – **Plano Municipal de Saneamento Básico de União do Oeste**. Consórcio MPB/Sanetal, 2011.

REMEDIO, M. V. P. ; ZANIN, M. ; TEIXEIRA, B. A. N. . **Caracterização do efluente de lavagem de filmes plásticos pós-consumo e determinação das propriedades reológicas do material reciclado. Polímeros: Ciência e Tecnologia**, São Carlos, v. IX, n. 7, p. 177-183, 1999.

SDS - SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. **Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.sds.sc.gov.br>. Acesso em: 03 de abril de 2013.

SINAN – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO – **Relatórios Gerencias do Município De União do Oeste**. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

SOUSA, Alessandro Medeiros de. **Responsabilidade Social uma Fonte Sustentável para o Futuro**, Belém: Microlins 2005.

TEIXEIRA, Marlei Ramos. LEANDRO, Marcelo Debortoli. **Lixo – reciclar para preservar o meio ambiente**. Revista Furnas, Ano XXXI, Nº 317, 2005.

TUCCI, C. E. M . **Hidrologia. Ciência e Aplicação**. EDUSP, São Paulo (SP), 1993.

WARAT, L. A. **Por quem cantam as sereias**. Porto Alegre: Síntese, 2000.  
\_\_\_\_\_. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.



